

Abstract

Since the appearance of the Coronavirus(SARS-CoV-2), or COVID-19, there has been immediate concern about this disease, which has rapidly spread to various regions of the world (Freitas, Napimoga, & Donalisio, 2020). The rapid spread of this virus has led countries to face a major public health challenge,

Lockdown was one of the first measures taken by different countries in the world, as a way to contain the spread of this virus, with Portugal enacting this measure in March 2020. From that moment on, the entire population had to adapt to this new situation in particular the younger population, given the obligation to study and/or work at distance, the home becoming the center of these activities.

Young people are at a disadvantage compared to their parents' generation when it comes to access to housing, a situation that has worsened with the Covid-19 pandemic. Considering this circumstance, this report, based on the application and analysis of a younger population survey (between 18 and 35) residing in the Porto Metropolitan Area, intended to understand the main impacts of social isolation in this population and whether they had the minimum conditions, in their homes, to adapt to the new form of study or work.

The size of the housing became a problem for some, due to the lack of space to work or study without threaten the proper functioning of these activities, implying a space reorganization inside the house. The lack of equipment such as computers or internet, or spaces for physical activity, created or worsened inequalities

Key-words: Covid-19; Lockdown; Housing.

Índice de Figuras

FIGURA 1- ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	27
FIGURA 2 - DENSIDADE POPULACIONAL, DA AMP POR FREGUESIAS EM 2021	28
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DO TECIDO EDIFICADO NA AMP	30
FIGURA 4 - BUFFERS DE 917 METROS AOS PARQUES, JARDINS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, NA AMP.....	36
FIGURA 5 - Nº DE RESPOSTAS OBTIDAS POR CONCELHO	40

Índice de Quadros

QUADRO 1 - TAXA DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	29
QUADRO 2 - ALOJAMENTOS FAMILIARES E COLETIVOS, NA AMP, POR CONCELHOS EM 2011 E 2021	32
QUADRO 3 - VALOR MEDIANO DAS VENDAS POR M2 DE ALOJAMENTOS FAMILIARES (€), 1º E 4º TRIMESTRE DE 2016 A 2021	33
QUADRO 4 - VALOR MEDIANO DAS RENDAS POR M2 DE NOVOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES (€), 2017 A 2020	33
QUADRO 5 - PERCENTAGEM DE ALOJAMENTOS COM DIVISÕES EM FALTA POR CONCELHOS DA AMP	34

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - GRAVIDADE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA	42
GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO QUE TEVE DE REORGANIZAR A SUA HABITAÇÃO	43
GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO QUE MUDOU DE HABITAÇÃO	43
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES	44
GRÁFICO 5 – NÚMERO DE CONSTITUINTES DO AGREGADO FAMILIAR	45
GRÁFICO 6 - ELEMENTOS EM ENSINO Á DISTÂNCIA	45
GRÁFICO 7 – LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO	46
GRÁFICO 8 – REGIME DE OCUPAÇÃO DA HABITAÇÃO	47
GRÁFICO 9 - TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO.....	47
GRÁFICO 10 - DIMENSÃO DA HABITAÇÃO.....	48
GRÁFICO 11 – SATISFAÇÃO COM A HABITAÇÃO FACE ÀS NECESSIDADES	48
GRÁFICO 12 – ASPETOS MAIS POSITIVOS DA HABITAÇÃO DURANTE O CONFINAMENTO	49
GRÁFICO 13 - ASPETOS MAIS NEGATIVOS DA HABITAÇÃO DURANTE O CONFINAMENTO.....	50
GRÁFICO 14 - ASPETOS POSITIVOS DA ENVOLVENTE Á HABITAÇÃO	51
GRÁFICO 15 – ASPETOS NEGATIVOS DA ENVOLVENTE Á HABITAÇÃO	52
GRÁFICO 16 – EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	52
GRÁFICO 17 – EXISTÊNCIA DE ESPAÇOS VERDES E PARQUES	52

Lista de abreviaturas e siglas

AMP	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
CAOP	CARTA ADMINISTRATIVA OFICIAL DE PORTUGAL
CEGOT	CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITORIAL
COS	CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO
DGS	DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA
SPSS	STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCE

Introdução

O início de 2020 ficou marcado por um surto de uma misteriosa pneumonia causada por uma variação do coronavírus cujo primeiro caso foi reportado em Dezembro de 2019 na cidade Wuhan, na China. De imediato, com o aumento do número de casos, a infeção passou a surto.

Subitamente este vírus caracterizou-se como um dos maiores problemas de saúde pública internacional deste século, atingindo praticamente todo o planeta, devido à sua extraordinária facilidade de propagação (WHO, 2020b; WHO, 2020a). A falta de conhecimento e de preparação de toda a comunidade médico-científica para lidar com este novo vírus, levou a que o número de contágios disparasse a nível global, conduzindo a Organização Mundial de Saúde a declarar a doença provocada pelo SARS-CoV-2 de pandemia a 11 de março de 2020 (WHO, 2020a).

O desenvolvimento desta pandemia tornou-se numa grave crise de saúde pública, de escala global, e que ainda não está sob controlo levando-nos a todos, sem exceção, à necessidade de quarentena, confinamento e distanciamento social, como formas de mitigação do contágio pela COVID-19.

Os governos usaram intervenções sociais e comportamentais para reduzir a propagação do vírus na comunidade, os estudos sugerem que essas medidas de saúde pública são capazes de combater a propagação do vírus, embora algumas medidas sejam meramente individuais, como o uso de máscara, distância de segurança, desinfeção das mãos regularmente, entre outras (Peixoto, et al., 2020).

O confinamento obrigatório foi uma das medidas implementadas por diversos governos o que obrigou a população a permanecer na sua habitação. “Um pouco por todoo mundo, governos, especialistas e autoridades de saúde apontaram a importância de todos “ficarem em casa”; na imprensa e nas redes sociais, figuras públicas multiplicaram-se nesse apelo” (Drago, 2020 a). Assim, a pandemia mudou o quotidiano das populações, passando a casa a ser o centro, de um conjunto de atividades, anteriormente realizadas fora desse espaço doméstico, como o estudo, o

trabalho ou até mesmo as atividades de lazer, desporto ou culturais (Ferrão, 2020; Pinto, 2020).

Cada um teve de se adaptar, se fosse o caso, ao ensino ou ao trabalho à distância. A facilidade de adaptação não foi igual para todos, sendo que alguns tiveram grandes dificuldades, devido à falta de condições nas suas habitações, falta de materiais necessários para conseguirem realizar a sua atividade à distância ou até mesmo a falta de espaço da própria habitação, implicando, muitas vezes, a sua reconfiguração.

“As diferentes formas de habitar e as várias geografias sociais que as compõem revelaram-se marcantes nessa vivência do confinamento” (Drago, 2020 a). As desigualdades sociais e económicas, têm na habitação uma expressão significativa, uma vez que determinam condições habitacionais diferenciadas, não só em termos de conforto, como também, face aos custos da habitação, situações que pesaram no modo como os diferentes grupos sociais viveram o confinamento (Drago, 2020 a).

A atual pandemia, faz-nos recordar, que a história das cidades, está ligada à história das doenças (Martínez & Short, 2021). Como densas concentrações de pessoas que vivem e trabalham juntas, elas constituem um ambiente propício para a propagação de doenças contagiosas. As epidemias e pandemias desempenharam um papel importante na história urbana. A criação de parques, passeios e praças públicas em cidades europeias, por exemplo, foram as primeiras tentativas de tornar os espaços urbanos mais saudáveis (Martínez & Short, 2021).

Na verdade, os espaços urbanos, por concentrarem grande parte da população, e das atividades económicas, sendo, igualmente, espaços onde as desigualdades socioeconómicas são mais expressivas, foram dos mais afetados pelo COVID-19, quer quanto aos números diários de casos de infeção e mortes, quer pela situação de confinamento geral. Assim, a pandemia provocou, não só uma crise sanitária, como também, uma crise económica, social e cultural, com custos financeiros e emocionais (Ferrão, 2020).

Uma questão que se nos colocou com esta pandemia, prendeu-se com os jovens de hoje: como estão a responder e a lidar com este desafio? Quais foram os constrangimentos que tiveram de enfrentar na sua habitação e no espaço envolvente desta, para poderem estudar, trabalhar, ou realizar outras atividades?

Os enquadramentos iniciais do COVID-19 posicionaram o vírus como particularmente prejudicial para as populações mais velhas, enquanto os jovens eram vistos como "sem risco". No entanto, os jovens são, igualmente, suscetíveis ao coronavírus. Embora estes tenham menos probabilidade de morrer do vírus, eles têm taxas de infeção semelhantes às de pessoas mais idosas. Além disso, os jovens estão sujeitos a sofrer impactos graves e duradouros, uma vez que antes da pandemia, este grupo já estava a ser afetado, em termos sociais e económicos, pois o desemprego, o trabalho precário e as dificuldades de acesso à habitação, foram, algumas das marcas deixadas pela crise económica de 2008 (Drago, 2021; Drago, 2020 b).

Embora tenhamos feito um tremendo progresso na melhor compreensão do SARS-CoV-2, dos fatores de risco, e, mais recentemente, na descoberta de vacinas e na progressiva vacinação da população, desconhecemos um conjunto de outros aspectos. Isso inclui o nosso conhecimento dos seus efeitos não apenas na saúde dos jovens, mas também, em sua trajetória até a idade adulta. Um dos fatores mais importantes para essa trajetória é o acesso à habitação. Prolongar os seus estudos, para uma maior qualificação e, conseqüentemente, demorar mais para se estabelecer no emprego e ter uma casa independente tornou-se hoje um problema para muitos jovens (OIT, 2020). Estes diferentes aspectos da transição para a idade adulta estão fortemente interligados e são centrais para a vida da maioria dos jovens. No entanto, as diferenças permanecem na forma como são vivenciados por jovens de diferentes classes sociais, níveis educacionais e territórios (OIT, 2020).

Tendo em conta, este breve enquadramento, nesta dissertação, procuramos, precisamente refletir sobre, alguns dos constrangimentos inerentes a esta situação de confinamento. A nossa análise irá incidir na habitação e no espaço envolvente, que se tornaram espaços centrais durante a pandemia. Para se perceber alguns dos constrangimentos, intrínsecos a estes espaços, optou-se por analisar a população

jovem (dos 18 aos 35 anos), a residir ou a estudar ou a trabalhar na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Desenvolvidos nos países industrializados desde a década de 1960, os inquéritos populacionais são um dos instrumentos utilizados para a formulação e avaliação de políticas públicas, sendo considerado um método com custo benefício razoável para a recolha de dados importantes, aliada à rapidez em que se pode obter respostas para alguns problemas sociais (Viacava, 2002). Os inquéritos são especialmente adequados para o conhecimento de uma população, as suas condições de vida, comportamentos, valores ou opiniões (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Assim, tendo em conta os objetivos da investigação, a aplicação de um inquérito era imprescindível e fundamental para podermos perceber como a população jovem se sentia face à situação provocada pelo isolamento social, e se tinham condições de manterem a sua atividade escolar ou laboral a partir da sua habitação.

Uma das vantagens do inquérito por questionário, é sem dúvida, a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e proceder a diversas análises estatísticas (Quivy & Campenhoudt, 1992). Na atualidade a estatística tem contribuído de forma significativa para o processo de tomada de decisão, grande parte do que se faz é baseado em métodos quantitativos. Na era da informação e do conhecimento, a estatística utiliza a matemática para dar apoio aos profissionais da iniciativa privada, do governo e investigadores (Ignacio, 2010). O grande volume de informações produzido pelo mundo moderno precisa ser analisado de forma consistente e fidedigna. A estatística entra onde houver incerteza. Assim, todas as áreas do conhecimento humano a requerem como técnica de análise de dados. Desta forma, a estatística consiste no planeamento, na recolha, análise e interpretação de dados de pesquisas que podem envolver censos populacionais ou simplesmente amostras (Ignacio, 2010).

Esta dissertação, resulta, do trabalho de investigação realizado, durante o estágio, com um grupo de investigadores¹ do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). O CEGOT, é uma unidade de investigação científica focada na produção e disseminação de conhecimento em diferentes áreas da Geografia (CEGOT, 2008) ,que agrupa, sobretudo, investigadores das Universidades do Minho, Porto e Coimbra. Está organizado em três grupos de investigação: Natureza e dinâmicas ambientais; Cidades e desenvolvimento territorial; Turismo, património e território.

Atualmente reúne 168 investigadores, sendo a sua maioria professores e investigadores das três universidades já anunciadas, com um número significativo de estudantes de doutoramento e investigadores pós-doutorais em projetos próprios ou coordenados pelo CEGOT (CEGOT, 2008). A maioria dos membros deste centro são geógrafos, mas tem vindo a atrair investigadores de áreas como o planeamento, arquitetura, sociologia, economia, engenharia, saúde pública e turismo.

No desenvolvimento desta dissertação foram utilizados alguns *softwares*, assim como, bancos de dados, caso do SciScopus e do Google académico, que são bancos de dados com artigos e outra bibliografia científica que foram cruciais na busca de informação, para o enquadramento teórico do tema.

No que diz respeito aos *softwares* específicos utilizou-se o SPSS e o Arcgis. O SPSS teve uma especial utilização nesta dissertação. É um *software* aplicativo e científico através do qual foi possível fazer a análise estatística da informação. Foi através do SPSS que foi iniciada a análise da base de dados obtida pela imposição do inquérito. O *software* Arcgis, foi essencial para mapear a informação geográfica, facilitando a análise e leitura de alguns indicadores, recolhidos em diferentes fontes de informação, com destaque para as produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

¹Trata-se do grupo que tem desenvolvido investigação sobre Habitação, Vulnerabilidades sociais e Políticas Públicas, constituído pelos investigadores, Catarina Maia, Diogo Ribeiro, Fátima Matos e Teresa Sá Marques.

Como referido acima, os jovens foram o público alvo escolhido para a concretização deste estudo, uma vez que foram uns dos que sofreram mais impactos na rotina habitual, devido ao confinamento (OIT, 2020). A Área Metropolitana do Porto foi escolhida por ser um dos dois maiores centros urbanos e económicos do país, sendo, igualmente, sede de um conjunto de estabelecimentos de ensino universitário públicos e e privados, situação que origina a concentração de um número elevado de estudantes.

Este estudo incide, principalmente, na questão da habitação porque, esta, passou de um local, que era utilizado, principalmente, nas horas vagas e de descanso das famílias, para um local de trabalho, de estudo e de realização de outras atividades, dos seus diferentes membros.

No que diz respeito à estrutura, este trabalho encontra-se dividido em 4 capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. O primeiro, diz respeito ao enquadramento teórico, onde fazemos um breve relato da pandemia, a evolução em Portugal e as medidas tomadas desde o seu aparecimento, salientando-se a importância da habitação durante o período de confinamento, para além, dos principais problemas/constrangimentos. Neste capítulo, são ainda, referidas as medidas que o governo foi tomando relativamente à habitação, nomeadamente, as moratórias para o arrendamento e empréstimos. No segundo faz-se uma análise de um conjunto de indicadores estatísticos, caracterizadores, das condições habitacionais da AMP. No terceiro, descrevemos o inquérito e a sua aplicação. No quarto capítulo é realizada a análise dos resultados, obtidos. Por último, realizamos as considerações finais desta dissertação.

Capítulo 1. A Pandemia do Covid-19

1.1 As principais medidas e apoios implementados pelo Governo português

Desde a chegada do Covid-19 a Portugal a 2 de março 2020, quando são confirmados oficialmente os primeiros dois casos de infeção, a normalidade da vida dos portugueses é alterada radicalmente. Nesse mesmo dia, a ministra da Saúde, revelou que um homem de 60 anos estava internado no Hospital de Santo António, no Porto, na sequência de uma viagem ao Norte de Itália, um outro homem, de 33 anos, tinha dado entrada no Centro Hospitalar de São João, também no Porto, tendo uma ligação epidemiológica a Valência. A partir deste anúncio, o Governo colocava os funcionários públicos em teletrabalho ou isolamento profilático sem perda de salário.

Os casos começaram a aumentar, com a fase inicial da doença a ter maior incidência no Norte do país, e a 4 de março surgia a primeira de muitas medidas de cariz económico, uma linha de crédito para apoio a empresas, no valor de 100 milhões de euros.

Posto isto, a 12 de março, com o número de contágios em 78, o primeiro-ministro, anunciava que as aulas iriam ser suspensas em todas as escolas, bem como, a redução de lotação dos restaurantes, o encerramento de discotecas, a suspensão dos jogos da primeira e da segunda liga de futebol, entre outras medidas que levariam ao confinamento geral da população por tempo indeterminado (Comunicado do Conselho de Ministros de 12 de março de 2020).

O crescimento exponencial do número de casos e com a primeira morte a 16 de março foi decretado a 18 de março o estado de emergência no país (Decreto do Presidente da República nº 14-A, 2020), impondo o confinamento obrigatório, de forma a evitar o aumento dos contágios e a minorar a pressão sobre o Sistema Nacional de Saúde.

Sem vacina e sem tratamentos específicos, alguns doentes começam a ser tratados com medicamentos indicados para outras doenças, numa fase em que

começam as inúmeras queixas dos profissionais de saúde devido à escassez de equipamentos de proteção individual, de ventiladores, camas, entre outros problemas.

Com a atividade económica parada, muitas empresas recorreram ao regime de lay-off simplificado definido pelo executivo (Decreto-Lei nº 10-G/2020; Decreto-Lei nº46-A/2020; Instituto de Segurança Social, 2021; Decreto-Lei nº109-A/2020); medida que pretendia, evitar os despedimentos, o aumento do desemprego e encerramento de empresas , procurando, assim, apoiar os prejuízos inerentes ao fecho. Multiplicaram-se, igualmente, outras medidas de apoio aos trabalhadores, às empresas e às famílias. O Serviço Nacional de Saúde, é reforçado quer, com a contratação de meios humanos, quer com a aquisição de meios técnicos.

O estado de emergência foi renovado a 2 de abril e a Páscoa ditou o reforço das restrições, com a proibição de deslocações para fora do concelho de residência. É criado um regime excecional de perdão de penas face aos riscos de propagação do vírus nas prisões, numa altura em que os hospitais começam a evidenciar alguma pressão.

No dia 30 de abril foi apresentado o plano de desconfinamento pelo Conselho de Ministros, que estabeleceu o calendário de retoma nas mais diversas áreas. De acordo com o Ministério da Saúde, o país havia já superado o 'pico' da pandemia, com o número de mortes a baixar desde meados de abril.

Em situação de calamidade até final de maio, começa a projetar-se a preparação para um verão quase sem turistas estrangeiros, com a obrigação de distanciamento físico e lotação máxima nas praias, numa tentativa das pessoas regressarem às suas rotinas, o que passou a ser conhecido como 'um novo normal'.

Perante os impactos económicos provocados pela pandemia, em todos os países da União Europeia, surgem planos para um fundo europeu, com o objetivo de

apoiar a retoma económica e fazer face à crise económica e social – o designado Fundo de Recuperação e Resiliência da União Europeia².

Já em julho, o teletrabalho deixa de ser obrigatório e muitos profissionais retomam a atividade nos seus locais de trabalho. Nesta altura, com a evolução da pandemia no início do verão, com demasiados novos casos por 100 000 habitantes, Portugal acabou por ser excluídos da lista de alguns países como destino para férias, com especial relevo para o Reino Unido. Situação que originou diversas críticas ao Governo, sobretudo do setor do turismo, uma vez que aqueles eram responsáveis por uma parte significativa das receitas deste setor.

Enquanto se começa a sentir alguma retoma das atividades anteriormente suspensas, sucedem-se os estudos serológicos para avaliar a imunidade à doença enquanto se aguarda ansiosamente por uma vacina, tendo o país assegurado 6,9 milhões de doses com a primeira remessa a poder chegar ainda em 2020³. Portugal vê a situação epidemiológica a elevar novamente os níveis de alerta.

Após um natal e uma passagem de ano longe de se parecer com o normal, com a proibição de circulação entre concelhos, ajuntamentos familiares, entre outras proibições, o número de infetados e mortes continuou a aumentar, o que levou à imposição de um segundo confinamento geral, a partir de 15 de janeiro de 2021 (Comunicado do Conselho de Ministros de 13 de janeiro de 2021)

Este segundo confinamento geral do país é marcado, por um novo encerramento das atividades consideradas não essenciais. No entanto, ao contrário do que aconteceu no primeiro, as escolas permanecem abertas para aulas presenciais, para não prejudicar, ainda mais, os estudantes. Os estabelecimentos de bens

²Este Fundo entrou em vigor em fevereiro de 2021 e disponibiliza 672,5 mil milhões de euros (a preços de 2018) em empréstimos e subvenções para apoiar reformas e investimentos realizados pelos Estados-membros até 31 de dezembro de 2026. Portugal vai receber 16,6 bilhões de € (13,9 bilhões de € em subsídios e 2,7 bilhões de € em empréstimos). (https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/recovery-coronavirus/recovery-and-resilience-facility_en).

³ A Comissão Europeia estabeleceu um sistema de contratação centralizado, com a assinatura de contratos de compra antecipados de vacinas, com os fabricantes, para assim garantir a todos os Estados-membros o acesso às mesmas (Estratégia da UE para as vacinas contra a COVID-19, de 17 de junho de 2020 - COM(2020) 245 final.

essenciais mantêm-se abertos, com limitação da lotação máxima e sem restrição de horário. Tal como farmácias, consultórios, dentistas e tribunais. As visitas a idosos em lares e a utentes de unidades de cuidados continuados serão permitidas.

Com este novo confinamento, só será permitido sair de casa para a aquisição de bens e serviços essenciais, desempenho de atividades profissionais que não abrangidas pelo teletrabalho, ida à escola e a prática de atividade física e desportiva ao ar livre. Os equipamentos culturais e de lazer voltam a encerrar totalmente, depois de terem estado, nos meses anteriores, condicionados por alterações de horários e de lotação.

O Conselho de Ministros aprovou também a criação de medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às atividades económicas, através do acesso automático para todas as empresas obrigadas a encerrar, ao layoff simplificado.

A 31 de janeiro, novas regras alteram a autorização de entrada e saída de Portugal Continental e voltamos ao ensino à distância a partir de 8 de fevereiro. Ficam limitadas as deslocações para fora do território continental, por qualquer tipo de meio de transporte, excepto as ligações aéreas para os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Tal como no primeiro confinamento, é limitada a circulação entre Portugal e Espanha, sendo suspensa a circulação ferroviária entre os dois países, exceto para transporte de mercadorias. Nas ligações aéreas, os passageiros que cheguem a Portugal de países da União Europeia com mais de 150 casos por 100.000 habitantes terão de apresentar teste negativo para a COVID-19. Os passageiros oriundos de países em que os casos ultrapassem os 500 por 100.000 habitantes, terão de permanecer em quarentena.

No dia 11 de março de 2021, com alguma melhoria dos números de contágio, mortes e internamentos, o governo anunciou a retoma, a partir de 15 de março (Comunicado do Conselho de Ministro de 11 de março de 2021), das atividades educativas e letivas em regime presencial, a possibilidade de reinício da atividade dos estabelecimentos de bens não essenciais, como salões de cabeleireiro, barbeiros, institutos de beleza, parques, jardins, espaços verdes e espaços de lazer. O comércio a

retalho não alimentar e de prestação de serviços e as atividades de comércio alimentar, passam a ter horários menos restritivos.

O Conselho de ministros de 11 de março, também aprova a resolução que estabelece uma estratégia gradual de levantamento das medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia Covid-19 com quatro fases, com um período de 15 dias entre cada uma, de modo a avaliar os impactos das medidas na evolução da pandemia, bem como os níveis de incidência e crescimento.

Assim a partir de 5 abril, abrem os museus, monumentos, palácios, galerias de arte e similares, lojas até 200 m2 com porta para a rua, feiras e mercados não alimentares, esplanadas, atividade física e treino de desportos individuais até 4 pessoas e ginásios sem aulas de grupo.

A partir de 19 abril abrem cinemas, teatros, auditórios, salas de espetáculo, centros comerciais, restaurantes, cafés e pastelarias até às 22h ou 13h ao fim-de-semana e feriados.

A 3 maio os restaurantes e cafés passam a não ter limite de horário. A partir de 14 de junho o teletrabalho é recomendado nas atividades que o permitam, os restaurantes, cafés e pastelarias, com as regras de higienização e lotação, passam a encerrar à 1 h. Espetáculos culturais encerram à meia-noite, com lotação a 50%. Nos recintos desportivos é permitido 33% da lotação.

A 28 de junho e estendendo-se até ao final de agosto são, definidas novas medidas. Os transportes públicos passam a não ter restrição de lotação e as Lojas de Cidadão, passam a funcionar sem marcação prévia.

A partir do mês de agosto, já com mais de 50% da população com vacinação completa, é implementado o fim da limitação de circulação na via pública a partir das 23h00, o teletrabalho deixa de ser obrigatório e passa a ser apenas recomendado. As discotecas e bares passam a poder estar abertos até às 02h00, mas os clientes continuam a ter de apresentar certificados de vacinação ou teste negativo à sexta-feira à noite, ao fim de semana e aos feriados. Acabam, também, as restrições de horários para o comércio.

Até 2 de setembro de 2020, Portugal registava 47 108 casos ativos, 916 559 casos confirmados e 17 182 óbitos por COVID-19. Estando, recuperados 980 559 e vacinados 14 128 387 indivíduos (Direção Geral de Saúde, 02/09/2021).

Ainda que, a pandemia não esteja erradicada, a progressiva vacinação da população, está a ter um impacto positivo no sistema de saúde e na diminuição das mortes e internamentos. Na verdade, segundo o coordenador da Comissão técnica de vacinação contra a Covid-19 “nesta vaga da pandemia (...) estamos a ver um aumento da incidência, o número de novos casos, mas não estamos a ter, neste momento, o acompanhar dessa curva de incidência com uma subida expressiva das hospitalizações nem de mortalidade” (Entrevista à Agência Lusa, de 7 julho).

Os especialistas afirmam que com mais de 85% da população vacinada, muito provavelmente, iremos atingir a “tão desejada” imunidade de grupo (Soares, 2021).

1.2 Pandemia e Habitação: impactos e medidas

A difusão da COVID-19 em Portugal relaciona-se com a hierarquia da rede urbana, difundindo-se a infeção a partir dos centros urbanos principais para outros aglomerados próximos. Para além das áreas metropolitanas e maiores cidades, o padrão parece refletir, em parte, a inserção internacional de alguns sistemas de produção industrial do norte e centro litoral, com dinâmica exportadora e importadora com outros países da Europa onde o surto da COVID-19 foi mais precoce e intenso (Costa & Costa, 2020). Além destas dinâmicas, pode se ter em conta outros fatores como, por exemplo, as deslocações diárias realizadas entre concelhos de residência e de trabalho.

A AMP é um dos principais centros urbanos de Portugal, assim sendo, foi uma das áreas do país mais afetadas. Ainda numa fase inicial de incidência da pandemia, como referido acima, esta área, bem como, a restante Região Norte, foi onde apareceram os primeiros casos e as primeiras redes de contágio. Em toda a Região Norte foram registadas, até ao dia 2 de setembro de 2021, 401 203 infeções e cerca de 5 513 óbitos.

O tema central desta dissertação, como referido na introdução, é a habitação, pois foi, a principal, “arma” utilizada para combater a propagação da pandemia, a partir do momento em que foi decretado o confinamento geral. Como refere Drago (Drago, 2020 a) “a casa foi a primeira “vacina” disponível”.

Na verdade, a casa passou a ser o centro de todas as atividades e de vivência diária (Drago, 2020 a; Drago, 2020 b; Ferrão, 2020), situação que desencadeou, não só, uma reconfiguração dos seus espaços, como, também, chamou a atenção, para a precariedade e desigualdades sociais das condições habitacionais, não só em termos de conforto, como também, face aos custos da habitação. Estas situações pesaram no modo como os diferentes grupos sociais viveram o confinamento (Drago, 2020 a; Rede H, 2020).

As condições habitacionais são, em simultâneo, causa e consequência das desigualdades sociais. Em períodos de crise, os efeitos destas desigualdades agudizam-se. Portugal é um dos países europeus com maiores dificuldades no acesso a uma habitação condigna e onde, o impacto do COVID-19, será provavelmente significativo (Rede H, 2020).

A súbita quebra de rendimentos resultante da pausa imposta a grande parte das atividades económicas dificultou o pagamento de rendas e créditos à habitação, colocando em causa a salvaguarda do direito à habitação justamente quando este era mais necessário (Oro A. , et al., 2020). São várias as famílias que não têm condições para cumprir essa simples indicação de ficar em casa, muito menos para quarentenas e isolamentos profiláticos que exigem quartos e casas de banho extra (Oro A. , et al., 2020).

Em Portugal , e particularmente nas áreas metropolitanas, onde existem muitas famílias que vivem em alojamentos sobrelotados, em alojamentos precários, como acampamentos, construções abarracadas, bairros sociais muito degradados, por vezes sem água, eletricidade e saneamento básico, ou em situação de sem-abrigo, não dispunham das condições mínimas para se proteger do vírus e viver o confinamento (Rede H, 2020).

Com o abrandar da economia, muitas famílias começaram a ter dificuldades para pagar as suas rendas ou as prestações do crédito com a habitação e outros bens essenciais, como água, eletricidade e gás. O acesso e qualidade da internet, para diversas famílias, também, constitui um fator de desigualdade, prejudicando, o teletrabalho e o estudo em casa (Drago, 2020 a; Rede H, 2020; Drago, 2020 b).

O Governo, perante esta necessidade de confinamento em casa, consciente das dificuldades de várias famílias⁴, para cumprir este objetivo e tendo em conta as lições retiradas da crise económica de 2008, vai tomar um conjunto de medidas relativas à habitação.

Recorde-se que a crise de 2008, privou várias famílias da sua habitação, por incumprimento dos créditos bancários ou por não pagamento das rendas, aumentando a vulnerabilidade social e habitacional (Marques & Matos, 2016; Matos et al, 2019)

Por outro lado, os preços da habitação e do arrendamento, nas áreas metropolitanas aumentaram, substancialmente e muito mais rápido, que os rendimentos das famílias, após a crise de 2008 e a liberalização das rendas em 2012. Situação, que tem, contribuído para aumentar a inacessibilidade à habitação (Marques, et al., 2020; Drago, 2020 a; Pinto, 2020).

Assim, perante estas circunstâncias, são disponibilizadas em março de 2020, no início da crise causada pela pandemia, as moratórias de crédito, que permitiram o adiamento temporário do pagamento das prestações do empréstimo, aumentando o prazo de reembolso (Decreto-Lei n.º10-J/2020). Ao longo do período pandémico, as moratórias, têm sido sujeitas a muitas revisões, prorrogações e alterações. A suspensão do pagamento permite pagar apenas juros ou não pagar a prestação. De forma a ajudar famílias e empresas afetadas pela pandemia, tornou-se um recurso importante para minimizar o impacto da perda de rendimentos. Tanto para

⁴Saliente-se que no “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento” (2018), publicado pelo IHRU, foram identificadas 25 762 famílias com graves carências habitacionais, correspondendo 75% às duas áreas metropolitanas. Para a AMP, foram identificadas 5222 famílias nesta situação.

particulares, como para empresas, que tenham aderido à moratória pública até 30 de setembro de 2020, a duração que estava prevista até 31 de março de 2021, foi alargada até 30 de setembro de 2021. Contudo, se a adesão ocorreu até 31 de março de 2021, a moratória tem a duração de nove meses, terminando, no limite até 31 de dezembro de 2021.

Segundo dados do Banco de Portugal (2021), entre março de 2020 e janeiro de 2021, recorreram às moratórias de crédito à habitação um total de 302 900 famílias (14,3%, do total de devedores), representando, 17 145 milhões de Euros (17,8%, do montante de empréstimo).

Relativamente ao arrendamento, foram, também, criadas moratórias para pagamento das rendas, para os agregados familiares com perda significativa de rendimento e uma taxa de esforço superior a 35% (Lei n.º4-C/2020). Essas moratórias foram acompanhadas de mecanismos de apoio ao pagamento do valor em falta, após o período de emergência, através de empréstimos estatais sem juros, atribuídos pelo IHRU. O pagamento das rendas em falta deverá ser feito até 12 meses após o período da moratória, em duodécimos, sem pagamento de juros. Os empréstimos podiam ser solicitados pelos inquilinos, elegíveis para moratória, ou pelos senhorios que se encontrassem em grave necessidade económica devido à perda de receita decorrente da moratória.

Além destas medidas, também, foram suspensos os efeitos de renúncia de contratos de arrendamento e de hipotecas de casa própria, os despejos e caducidade de contratos de arrendamento (Lei 4-C/2020).

Quanto ao arrendamento da habitação pública, foi permitida a redução das rendas, no caso de inquilinos com perdas de rendimento superior a 20% e isentar de pagamento da renda os inquilinos sem rendimentos.

Para além das medidas nacionais, alguns municípios, também, criaram algumas medidas de apoio aos inquilinos de habitação social, com perda de rendimento (Oro A. , et al., 2020). Os municípios de Lisboa e Matosinhos, por exemplo, suspenderam o pagamento das rendas até junho de 2020. Após essa data, o valor em dívida podia ser

pago por 18 meses, sem juros ou multa. A autarquia do Porto criou uma linha direta para a reavaliação da renda dos inquilinos com redução de rendimento. Este pedido suspendia, imediatamente, o pagamento da renda até que o valor fosse ajustado ao rendimento. Por outro lado, para todas as famílias que não tivessem condições de pagar a renda mensal, podiam parcelá-la até dezembro de 2020, sem juros ou multas.

Após 3 meses desde a chegada da pandemia, o Presidente da República alerta que, por todo o país, tem-se encontrado novos sem-abrigo, muitos deles jovens que ficaram sem teto por causa da crise provocada pela pandemia. Desde então começam a aparecer diversas associações e voluntários dispostos a ajudar as pessoas que se encontravam nesta situação. As autarquias locais, também foram criando alguns espaços temporários (em pousadas da juventude, pavilhões desportivos, entre outros) de forma a estas pessoas terem acesso a abrigo e refeições.

Estudos recentes têm demonstrado como o modelo de crescimento de matriz neoliberal, atualmente vigente em Portugal, baseado no turismo e no imobiliário, tem gerado processos de exclusão sócio-espacial e habitacional (Pinto, 2020).

O surto pandémico veio evidenciar as fraquezas de um modelo económico baseado na especialização exagerada no setor do turismo e na financeirização da habitação, que levaram a condições de vulnerabilidade e segregação habitacional de diversos grupos sociais (idosos, migrantes, trabalhadores precários, pessoas sem abrigo, ciganos, entre outros) (Santos, 2019; Marques, et al., 2020; Pinto, 2020).

Durante a pandemia, foi possível notar o fortalecimento dos laços de entreajuda dentro das comunidades e o empenho dos movimentos sociais em dar voz e apoio a situações de injustiça e segregação espacial e não só. Algumas associações, denunciaram casos de despejos ilegais e deram apoio às pessoas afetadas na procura de soluções, promoveram diversos debates online, procurando saber de situações específicas e traçaram soluções, na tentativa de tornar as cidades mais justas e mais inclusivas (Pavel, 2021).

A pandemia teve efeitos imediatos na vida de toda a população, não há dúvidas disso. Os mais jovens não foram exceção, no que diz respeito ao emprego, à educação,

ao bem-estar mental, aos direitos e ao ativismo social, viram todos ou quase todos, os seus planos ou projetos ficarem em suspenso por tempo indeterminado (OIT, 2020).

Antes do surto da COVID-19, os jovens já enfrentavam um mercado de trabalho difícil⁵, no entanto, é expectável que a crise da COVID-19 lhes crie mais obstáculos no mercado de trabalho, uma vez que, é provável que a falta de ofertas de trabalho conduza a transições mais longas da escola para a vida ativa. Os trabalhadores mais jovens correm, maiores riscos de perder o emprego perante a vaga de despedimentos e de falência de empresas, dos setores económico, onde, normalmente, tinham uma maior presença, como a restauração, comércio, cultura, ou o turismo (OIT, 2020). Na verdade, “antes da pandemia 178 milhões de jovens de todo o mundo estavam a trabalhar nos setores mais atingidos por esta crise, serviços de restauração e alojamento, comércio por grosso e a retalho, imobiliário e outras atividades empresariais” (OIT, 2020, p. 14). Com a pandemia, “um em cada seis jovens (17%) que estavam empregados...deixou de trabalhar por completo, sobretudo os trabalhadores mais jovens, entre os 18 e os 24 anos, e os que trabalhavam como empregados administrativos, nos serviços e vendas, bem como os operários, artífices e trabalhadores similares” (OIT, 2020, p. 2).

A pandemia pode ter graves repercussões devido à interrupção dos estudos ou formação. Os jovens arriscam-se a ter de enfrentar uma transição mais longa e mais árdua para a vida ativa e o trabalho digno (OIT, 2020).

Todas estas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, contribuirão para tornar, ainda mais, difícil o acesso a uma habitação, que lhes permita a sua emancipação.

⁵“Como consequência da crise financeira de 2008, por exemplo, a taxa mundial de desemprego jovem aumentou, não tendo ainda regressado aos níveis anteriores à crise” (OIT 2020, p. 5).

Capítulo 2. Área Metropolitana do Porto: caracterização demográfica e habitacional

Figura 1- Área Metropolitana do Porto



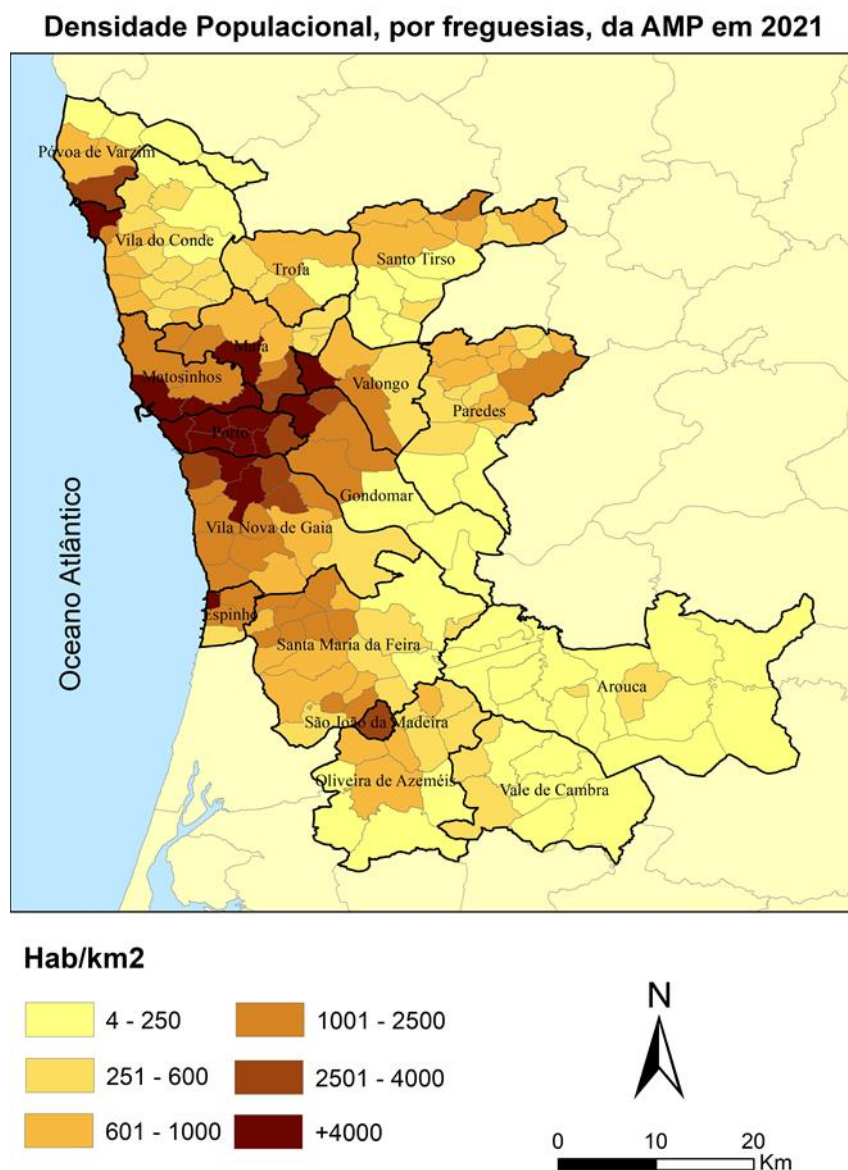
Fonte: CAOP

A Área Metropolitana do Porto (AMP), cuja sede se localiza na cidade do Porto, é constituída por 17 municípios (figura 1), com 1 737 395 habitantes, segundo censos de 2021, distribuídos por uma área aproximada de 2 040 km², o que resulta numa densidade populacional de 852 habitantes/km².

A Área Metropolitana do Porto, é o espaço urbano mais relevante, em termos socioeconómicos, da Região Norte, concentrando, diversas empresas, serviços públicos e infraestruturas, como, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, as principais estações ferroviárias, Porto-Campanhã e Porto-São Bento, Porto de Leixões, e com uma mobilidade metropolitana assegurada pelo Metro do Porto.

A figura 2 mostra a distribuição da densidade populacional por freguesias da área de estudo, em 2021.

Figura 2 - Densidade Populacional, da AMP por freguesias em 2021



Fonte: INE, Censos de 2021 dados provisórios

Verificamos que o concelho do Porto, destaca-se, quanto ao número de habitantes por Km2, visto que a maioria das freguesias, que o constituem, têm mais de 4000 hab/km2. Nos restantes concelhos, apenas a freguesia centro de cada concelho são, as que apresentam os valores mais elevados. Nos concelhos mais a sul, como

Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca, a maioria das freguesias têm até 600 habitantes/Km2, um valor bastante abaixo das freguesias mais centrais.

Quadro 1 - Taxa da Variação da População Residente

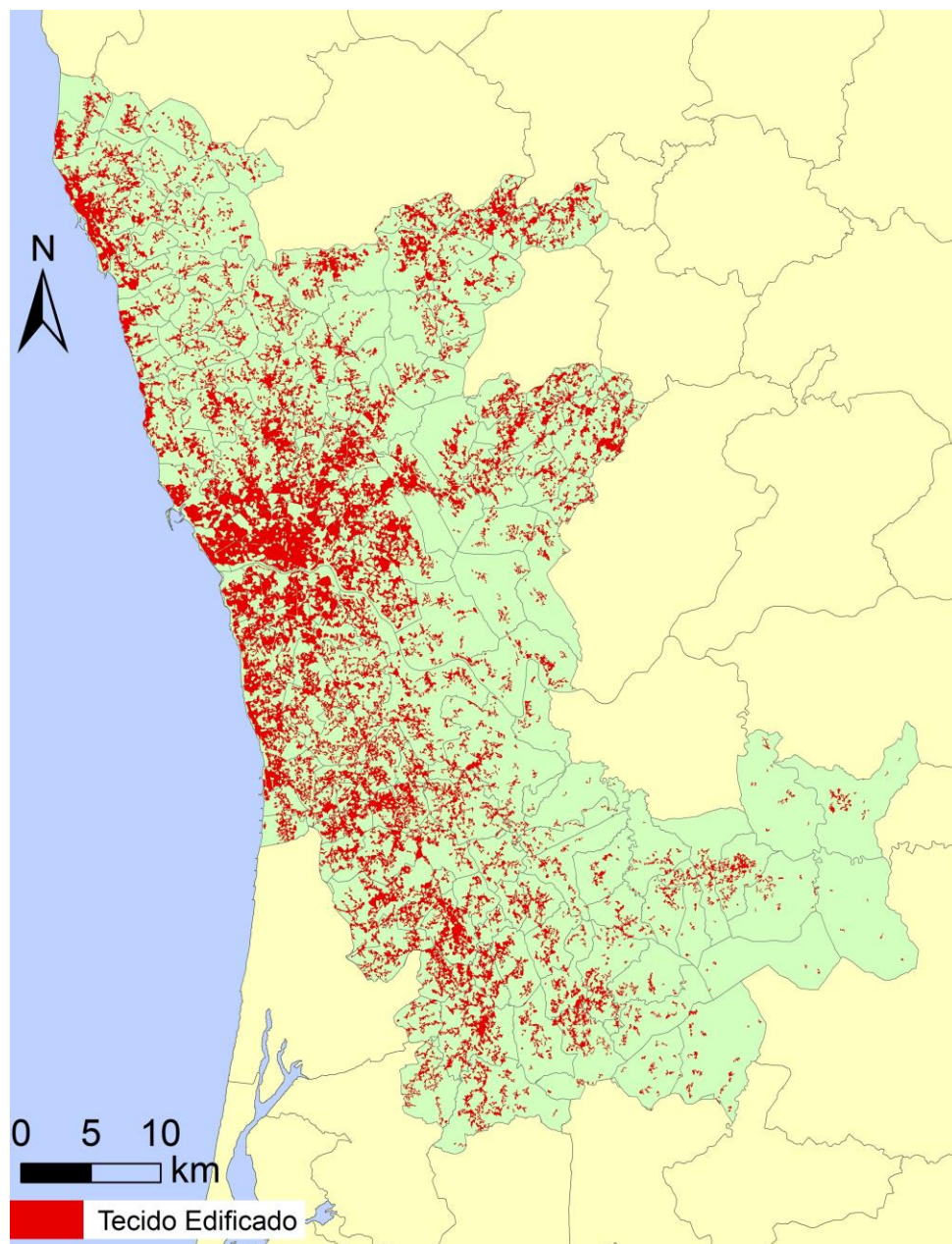
Localização Geográfica	População Residente				
	2021		2011		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	(2021-2011)
Área Metropolitana do Porto	1737395	100,0%	1759524	100,0%	-1,3%
Arouca	21154	1,2%	22359	1,3%	-5,4%
Espinho	31027	1,8%	31786	1,8%	-2,4%
Gondomar	164255	9,5%	168027	9,5%	-2,2%
Maia	134959	7,8%	135306	7,7%	-0,3%
Matosinhos	172669	9,9%	175478	10,0%	-1,6%
Oliveira de Azeméis	66212	3,8%	68611	3,9%	-3,5%
Paredes	84414	4,9%	86854	4,9%	-2,8%
Porto	231962	13,4%	237591	13,5%	-2,4%
Póvoa de Varzim	64320	3,7%	63408	3,6%	1,4%
Santa Maria da Feira	136720	7,9%	139309	7,9%	-1,9%
Santo Tirso	67785	3,9%	71530	4,1%	-5,2%
São João da Madeira	22162	1,3%	21713	1,2%	2,1%
Trofa	38612	2,2%	38999	2,2%	-1,0%
Vale de Cambra	21279	1,2%	22864	1,3%	-6,9%
Valongo	94795	5,5%	93858	5,3%	1,0%
Vila do Conde	80921	4,7%	79533	4,5%	1,7%
Vila Nova de Gaia	304149	17,5%	302298	17,2%	0,6%

Fonte: INE, Censo, de 2011 e dados provisórios do Censo de 2021

No quadro 1 está representada a taxa de variação da população residente nos concelhos da AMP, de 2011 para 2021, esta área perdeu 1.3% da população. O mesmo se verifica em 12 dos 17 concelhos constituintes, sendo que apenas 5 tiveram um crescimento populacional. Os concelhos de Arouca (-5.4%), Santo Tirso (-5.2%) e de Vale de Cambra (-6.9%) foram os concelhos que perderam maior percentagem de população. No concelho do Porto verifica-se uma taxa de variação de -2.4%.. Um dos fatores que tem contribuído para a perda de população é a falta de habitação acessível, impedindo a fixação de população, nomeadamente jovem.

Por outro lado, São João da Madeira (2.1%) e Vila do Conde (1.7%) foram os concelhos em que houve um maior crescimento populacional.

Figura 3 - Distribuição do tecido edificado na AMP



Fonte: COS

O mapa apresentado (Figura 3) representa todo o tecido edificado contínuo da AMP, que inclui o tecido edificado predominantemente vertical e horizontal, especificado na nomenclatura da COS. Está explícita a densificação do espaço construído do Porto, Matosinhos, Leça da Palmeira, Póvoa de Varzim, centro e litoral

de Gaia. Além da concentração da mancha construída seguindo as vias de comunicação para o interior norte, este e sul da AMP. Esta densificação foi, naturalmente, um dos factores de maior risco de propagação da pandemia.

Na AMP em 2021, segundo os dados provisórios dos Censos 2021, há 834 869 alojamentos (familiares e coletivos), em 2011 eram 827 864 de alojamentos, ou seja, houve um aumento de 7 005 alojamentos (0,85%). O Porto, a Maia e Matosinhos, perderam alojamentos, enquanto os concelhos mais periféricos da AMP (como por exemplo, Arouca, Paredes, Santa Maia da Feira e Santo Tirso) viram aumentar o seu parque habitacional (quadro 2). Esta situação, poderá estar relacionada com os elevados preços do solo e consequentemente dos alojamentos, quer para venda, quer para arrendamento, nos concelhos mais centrais da AMP, ainda que, todos os concelhos tenham visto os preços a aumentar mesmo durante a pandemia (quadros 3 e 4).

Saliente-se que, em 2011 (INE, Censo, 2011), 1 045 dos alojamentos não tinham instalações de duche ou banho, o que mostra que há famílias que vivem em condições habitacionais precárias. Sabemos ainda que, no mesmo ano, 4,4% do total de edifícios da AMP, necessitavam de grandes reparações ou se encontram muito degradados. Nos concelhos do Porto, Matosinhos e Espinho a proporção destes edifícios é mais elevada do que a média da AMP, 6.89%, 5% e 5.4% respetivamente.

Em 2011, 61%, dos alojamentos estavam sublotados (com uma ou duas ou mais divisões em excesso), enquanto 13% estão sobrelotados (com 1 ou 2 ou mais divisões em falta) (Figura 4).

O quadro 5 representa a percentagem de alojamentos com divisões em falta e podemos verificar que os concelhos da Trofa (19,7%), Paredes (17%), Valongo (14%), Gondomar (14%) , Porto (14%) e V. N. de Gaia (14%) são os que têm uma percentagem maior de alojamentos sobrelotados.

Refira-se que, segundo os dados do INE, em 2015, existiam, 33 233 alojamentos de habitação social, na AMP, concentrando-se no Porto 5% do total da AMP e 13% do total do Continente. Muitas destas habitações sociais, possuem, divisões muito

pequenas, dado terem sido construídas segundo os parâmetros de dimensão mínimas, encontrando-se, por vezes, sobrelotadas e degradadas.

Quadro 2 - Alojamentos familiares e coletivos, na AMP, por concelhos em 2011 e 2021

Localização geográfica	Alojamentos familiares e coletivos				
	2021		2011		Variação (%) 2011-2001
	N.º	%	N.º	%	
Área Metropolitana do Porto	834869	100	827864	100	0,85
Arouca	11143	1,3	10736	1,30	3,79
Espinho	15997	1,9	15778	1,91	1,39
Gondomar	74364	8,9	73473	8,88	1,21
Maia	59533	7,1	59667	7,21	-0,22
Matosinhos	81982	9,8	82235	9,93	-0,31
Oliveira de Azeméis	30564	3,7	30033	3,63	1,77
Paredes	36029	4,3	34291	4,14	5,07
Porto	133193	16,0	137891	16,7	-3,41
Póvoa de Varzim	36090	4,3	34927	4,22	3,33
Santa Maria da Feira	62371	7,5	60554	7,31	3,00
Santo Tirso	30854	3,7	29741	3,59	3,74
São João da Madeira	10594	1,3	10481	1,27	1,08
Trofa	15961	1,9	15628	1,89	2,13
Vale de Cambra	11860	1,4	11850	1,43	0,08
Valongo	41717	5,0	40445	4,89	3,15
Vila Nova de Gaia	130840	15,6	129643	15,6	0,92

Fonte: INE, Censo de 2011 e 2021 (resultados preliminares)

**Quadro 3 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€),
1.º e 4.º trimestre de 2016 a 2021**

Localização geográfica	1.º Trim. de 2016	4.º Trim. de 2016	1.º Trim. de 2017	4.º Trim. de 2017	1.º Trim. de 2018	4.º Trim. de 2018	1.º Trim. de 2019	4.º Trim. de 2019	1.º Trim. de 2020	4.º Trim. de 2020	1.º Trim. de 2021
Arouca	619	586	575	543	595	764	711	667	651	663	700
Espinho	820	824	897	1030	1095	1084	1086	1190	1176	1344	1354
Gondomar	656	685	688	739	757	828	850	964	1013	1125	1136
Maia	749	794	816	893	919	990	1024	1152	1195	1283	1315
Matosinhos	975	1020	1028	1065	1110	1255	1314	1471	1520	1637	1695
Oliveira de Azeméis	527	574	589	613	623	617	655	721	718	805	831
Paredes	581	608	613	657	658	674	688	736	765	849	865
Porto	1088	1111	1124	1307	1379	1612	1682	1837	1873	2142	2233
Póvoa de Varzim	899	944	951	1000	1019	1068	1075	1201	1241	1316	1354
Santa Maria da Feira	608	639	652	658	669	711	728	796	816	895	902
Santo Tirso	641	643	643	718	737	776	825	833	834	838	845
São João da Madeira	586	562	568	608	635	681	699	800	771	867	921
Trofa	657	654	653	698	712	764	781	791	792	900	919
Vale de Cambra	647	650	596	619	650	699	717	741	750	747	788
Valongo	643	678	682	724	732	812	835	944	988	1128	1144
Vila do Conde	880	892	920	951	952	1016	1044	1122	1132	1246	1278
Vila Nova de Gaia	737	772	780	825	854	924	956	1087	1125	1240	1288

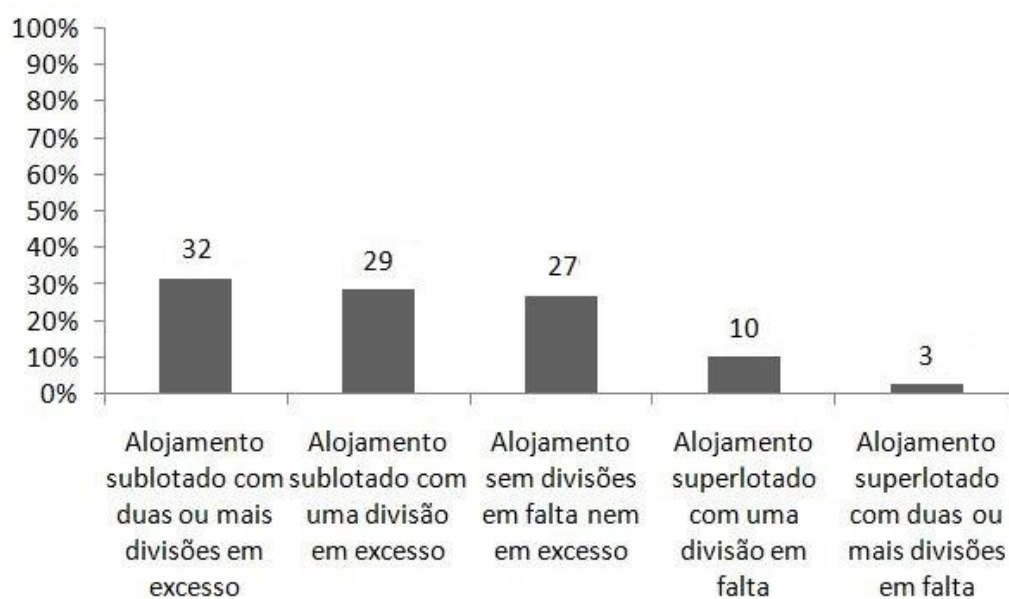
Fonte: INE, Base de dados Habitação e Construção

Quadro 4 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€), 2017 a 2020

	2017	2018	2019	2020
Área Metropolitana do Porto	4,58	5,07	5,75	6,12
Arouca	3,13	3,56	3,51	3,73
Espinho	4,49	4,75	6,06	5,81
Gondomar	4,18	4,66	5,22	5,45
Maia	4,78	5,26	5,78	6,09
Matosinhos	5,99	6,67	7,55	7,72
Oliveira de Azeméis	2,85	3	3,30	3,32
Paredes	2,91	3,21	3,33	3,62
Porto	6,77	7,85	8,83	8,70
Póvoa de Varzim	4,01	4,38	5,08	5,41
Santa Maria da Feira	3,31	3,53	3,87	3,96
Santo Tirso	2,93	3,15	3,25	3,53
São João da Madeira	3,52	3,73	3,87	4,29
Trofa	3,45	3,66	4,08	4,54
Vale de Cambra	2,80	3,16	3,45	3,33
Valongo	4,11	4,45	5,06	5,42
Vila do Conde	4	4,17	4,64	5
Vila Nova de Gaia	4,81	5,45	6,25	6,50

Fonte: INE, Base de dados Habitação e Construção

Gráfico 1 - Ocupação dos alojamentos na AMP, em 2011



Fonte: INE, Censo de 2011

Quadro 5 - Percentagem de alojamentos com divisões em falta por concelhos da AMP

	Alojamento superlotado com uma divisão em falta	Alojamento superlotado com duas divisões em falta	Alojamento superlotado com três ou mais divisões em falta
Santo Tirso	9,1%	1,8%	0,3%
Trofa	10,9%	2,3%	0,5%
Espinho	9,7%	2,0%	0,3%
Gondomar	11,4%	2,3%	0,5%
Maia	9,5%	1,7%	0,4%
Matosinhos	10,1%	2,3%	0,5%
Porto	10,5%	2,3%	0,7%
Póvoa de Varzim	9,8%	2,1%	0,6%
Valongo	11,2%	2,2%	0,5%
Vila do Conde	9,5%	2,2%	0,5%
Vila Nova de Gaia	11,0%	2,3%	0,5%
Paredes	12,9%	3,3%	0,8%
Arouca	9,1%	2,4%	0,7%
Santa Maria da Feira	9,1%	2,1%	0,5%
Oliveira de Azeméis	7,5%	1,6%	0,3%
São João da Madeira	7,9%	1,2%	0,1%
Vale de Cambra	6,2%	1,3%	0,2%

Fonte: INE, Censo de 2011

Como salientamos, no primeiro capítulo, segundo o IHRU (2018) para a AMP, foram identificadas 5 222 famílias em carência habitacional grave, sendo de salientar com as maiores carências os concelhos do Porto (2094 famílias), Vila Nova de Gaia (824), Maia (794), Gondomar (502) e Valongo (363).

Perante estas condições habitacionais descritas, para muitas famílias, “ficar em casa” durante o confinamento ou mesmo fazer quarentena, em caso de algum dos membros contrair Covid, não foi fácil, ou mesmo, quase impossível.

O confinamento obrigatório imposto pelos governo, teve um grande impacto na vida quotidiana da população, uma vez que, condicionou a sua mobilidade. Durante este período, como vimos no capítulo anterior, apenas foi possível as pessoas saírem de casa para adquirir bens de primeira necessidade, e para praticar desporto, ou ir até parques ou jardins a menos de 10 minutos da sua habitação.

Assim, procuramos aferir, qual a percentagem de alojamentos que dispunham na sua vizinhança próxima, de espaços verdes e equipamentos desportivos.

O primeiro passo foi identificar todas as áreas habitacionais, parques, jardins, equipamentos desportivos e zonas de lazer da AMP, através da Carta de Ocupação do Solo (COS2018). Posto isto e tendo em conta a informação de alguns estudos, considerou-se que , em média uma pessoa de 65 anos caminha a uma velocidade média 4.5km/h, e um adulto com idade inferior, caminha em média a uma velocidade de 5.5km/h. Tendo em conta estes valores, utilizamos a velocidade média de 5.5km/h, o que nos faz concluir que a esta velocidade média, são percorridos 917metros.

$$\text{Velocidade média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

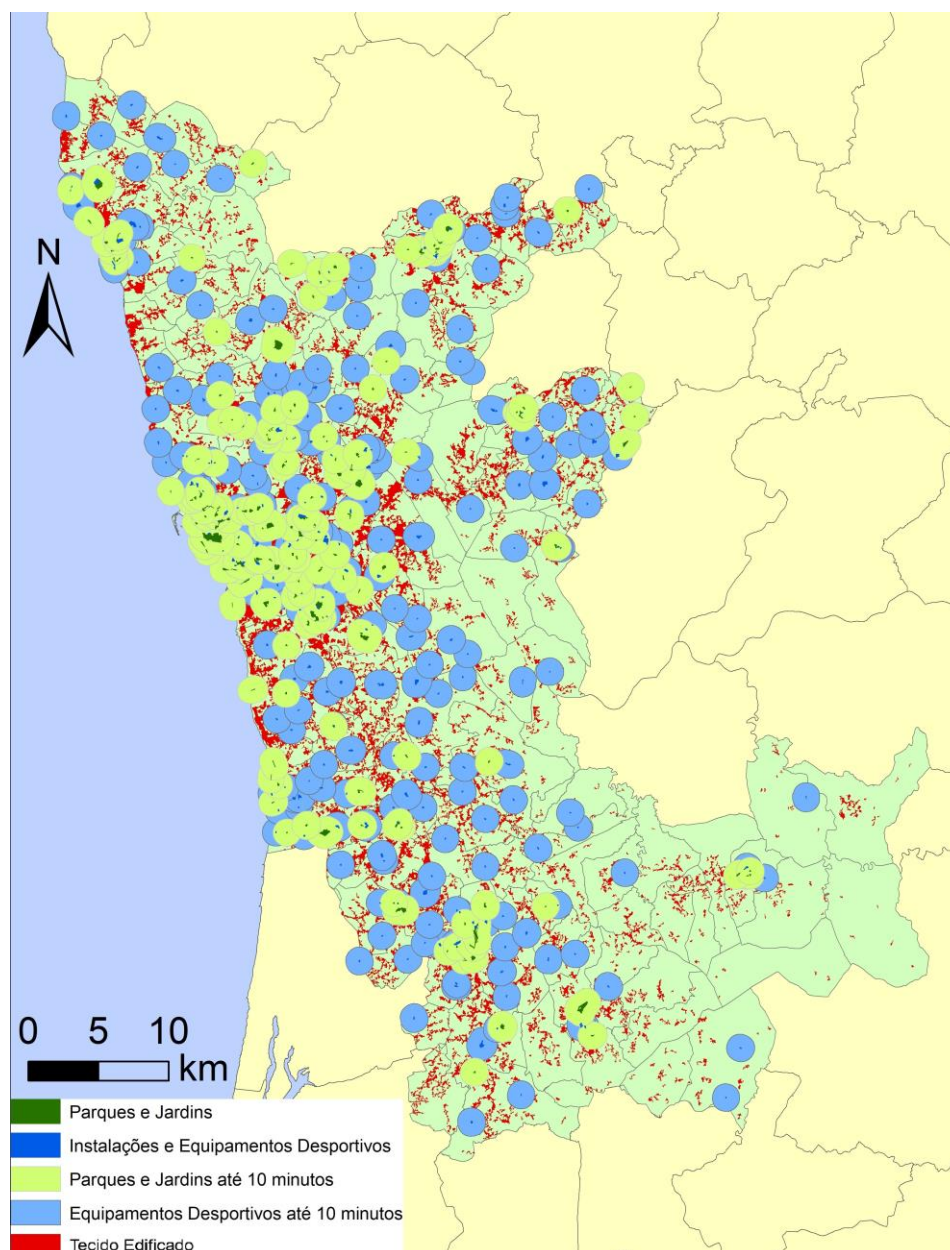
$$\begin{array}{ccc} 5500\text{M} & \text{---} & 60\text{m} \\ X & \text{---} & 10\text{m} \end{array} \quad 5.5\text{km/h} = \frac{X}{10\text{minutos}}$$

$$X=917\text{ Metros}$$

Ao construir buffers de 917 metros aos parques, jardins, equipamentos desportivos ou equipamentos de lazer conseguimos obter as áreas habitacionais que

não têm qualquer um destes serviços a menos de 10 minutos da sua habitação (figura 5).

Figura 4 - Buffers de 917 metros aos parques, jardins e equipamentos desportivos, na AMP



Fonte: COS

Após a construção deste mapa foi possível calcular percentagens através do Arcgis, onde os buffers foram elaborados, de forma a verificar se os resultados obtidos mais à frente na análise às respostas do inquérito, vão ao encontro do que se verifica

espacialmente. Assim, verificamos que 42% dos alojamentos não estão localizados a menos de 10 minutos de um parque ou jardim e 37% não está localizado a menos de 10 minutos de equipamentos desportivos ou de lazer. 18% dos alojamentos de toda a AMP não estão localizados a menos de 10 minutos de um parque, jardim, equipamentos desportivos ou de lazer, o que se pode traduzir que a mesma percentagem de população também não o esteja.

Capítulo 3. Elaboração e Aplicação do Inquérito

3.1 O Inquérito

A primeira fase desta investigação passou pela construção e aplicação de um inquérito, sendo que a primeira tarefa foi pensar nas questões a colocar e como seria feita a aplicação e difusão do mesmo. Após, várias discussões, realizadas no grupo de investigação, onde estagiamos, chegamos ao modelo final do questionário, cuja resposta, tinha uma duração de 10 a 15 minutos. O inquérito foi aplicado entre Março e Setembro de 2020, a uma amostra com 97% de margem de confiança e uma margem de erro de 5%, constituída por indivíduos com um nível educacional igual ou superior ao 12º ano de escolaridade e com idades entre os 18-35 anos.

Para a aplicação do inquérito utilizou-se uma plataforma online (inqueritos.up.pt), de forma a colocar o questionário disponível na Web, dado que estávamos em confinamento, permitindo, assim uma maior difusão do mesmo. O link do inquérito e o pedido para o seu preenchimento, foi enviado a todos os estudantes da Universidade do Porto, assim como, para o facebook do CEGOT e do Departamento de Geografia da FLUP, para além de um conjunto de associações juvenis, com sede na AMP.

Após a análise dos resultados obtidos, juntamente com o grupo de investigação, percebeu-se que algumas das questões não foram bem compreendidas, o que levou a que uma parte das questões não tivesse resposta. Por outro lado, como este inquérito se direccionava para o primeiro confinamento, a população foi demasiado otimista uma vez que, a pandemia, ainda se encontrava numa fase inicial. Assim sendo, e após um debate, decidiu-se repensar algumas questões, o que deu origem a um novo inquérito.

Este novo inquérito, para além de replicar algumas das questões do 1º inquérito, introduz um conjunto de novas questões, sobre as medidas impostas pela pandemia (como por exemplo, uso de máscara, distanciamento social), no local de estudo ou trabalho, no comércio e transportes. Este inquérito, para além, da população jovem, alvo do primeiro inquérito, também, foi difundido de forma a

abarcando outros escalões etários, pretendendo-se, também, uma cobertura nacional. Contudo, só se conseguiu uma amostra estatisticamente válida para as duas áreas metropolitanas. A plataforma utilizada, foi a mesma do primeiro inquérito, os canais de difusão também, tendo-se, igualmente enviado, o inquérito às Câmaras Municipais do país, a outras universidades, outros organismos públicos, entre outros, pedindo a sua divulgação. O inquérito foi aplicado entre Fevereiro e Março de 2021, a quando do segundo confinamento geral. Neste trabalho, como já referido, optámos por analisar os resultados da AMP referentes às questões relacionadas com as condições habitacionais e a população dos 18-35 anos.

O inquérito está dividido em 4 pontos, sendo que o primeiro ponto tem questões ligadas à “Habitação em que atualmente reside”, o segundo tem como título “Pandemia da COVID-19, habitação e contexto local”, o terceiro “Riscos à pandemia da COVID-19, e o quarto destina-se à “identificação do inquirido”. No total, o inquérito é composto por 37 questões (anexo 1).

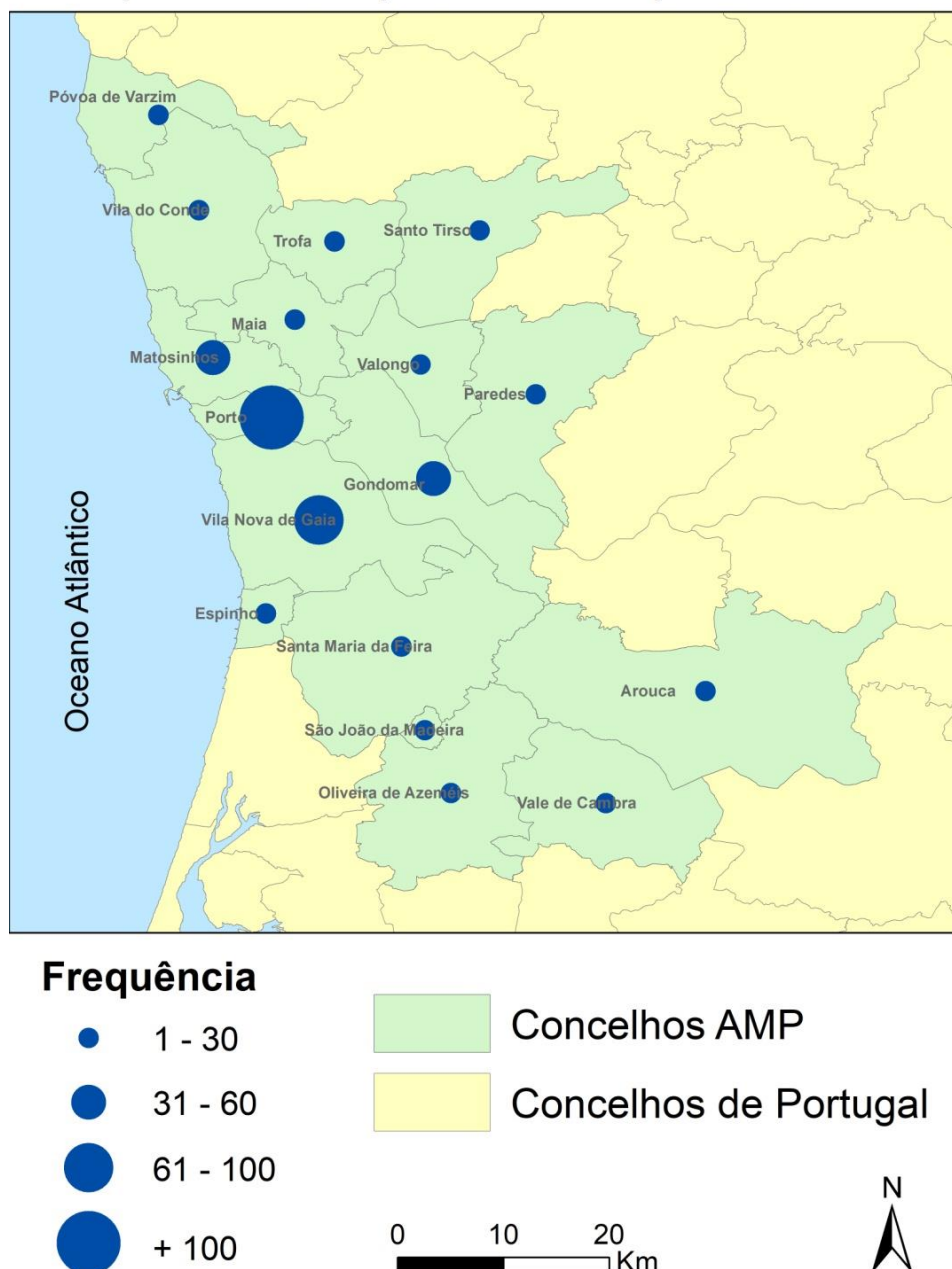
Após terminar o período de aplicação, procedemos para a análise de cada uma das entradas de resposta para criar uma base de dados limpa, sem erros, e possível de trabalhar. Este foi um processo demorado devido ao elevado número de entradas. No final obteve-se 510 inquéritos válidos.

Nesta amostra, verificamos que 28% dos inquiridos são do sexo masculino e 72% do sexo feminino, com uma média de idades de 24 anos. A maioria é de nacionalidade portuguesa (93%), sendo que os restantes são de nacionalidade brasileira, espanhola, moçambicana e ainda guineense. Temos ainda 5.2% desempregados, 12.1% trabalhadores, 68.6% estudantes, os restantes 12.1% são trabalhadores estudantes. 45.4% dos inquiridos têm o 12º ano de escolaridade, 30.7% têm licenciatura ou bacharelato e 23.9% têm mestrados ou doutorados.

Foi elaborado o mapa seguinte (Figura 6) com a frequência de entradas por concelho, isto é, um mapa que ilustra o local de habitação da população que respondeu ao inquérito, de forma a perceber quais os concelhos em que conseguimos ter maior número de respostas.

Figura 5 - Nº de respostas obtidas por concelho

Frequência de respostas ao 2º Inquérito na AMP



Fonte: Inquérito Populacional, Covid-19: os jovens a habitação e o contexto territorial onde vivem

É possível evidenciar que o Porto, Matosinhos, Gondomar e Vila Nova de Gaia, são os concelhos em que se encontram a maioria das pessoas que constituem a nossa amostra. O Porto é o único concelho em que mais de 100 pessoas responderam ao inquérito, Vila Nova de Gaia entre 61 e 100 respostas, Matosinhos e Gondomar entre

as 31 e 60. Nos concelhos restantes só foi possível alcançar até 30 respostas por concelho.

O SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), foi o software utilizado para a análise dos dados. Foram calculadas as médias, modas, medianas e desvio de padrão para cada uma das questões, com respostas quantitativas. De seguida foram elaborados gráficos para facilitar a leitura dos resultados obtidos.

Ao contrário do primeiro inquérito, em que foi necessário analisar as questões qualitativas, isto é, questões que por serem abertas, requerem um tratamento, ainda, mais detalhado, sendo necessária a leitura das respostas uma a uma e posterior criação de categorias, resultantes do agrupamento das respostas semelhantes, para podermos quantificar as mesmas e representar os resultados. Na elaboração do segundo inquérito, as perguntas abertas, foram transformadas em fechadas, limitando-se as opções de resposta, para possível quantificação.

Calculou-se um conjunto de medidas descritivas: estatísticas descritivas de tendência central (média, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo, etc.), e ainda a análise descritiva de frequências.

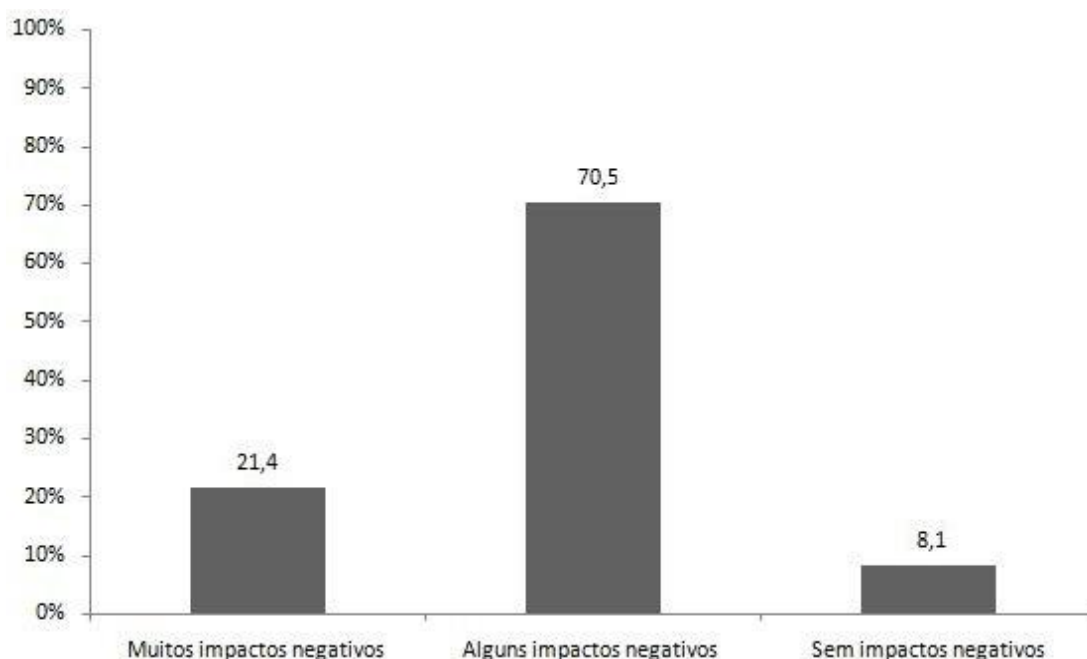
Capítulo 4. Análise dos resultados obtidos

Após a análise detalhada de cada uma das respostas ao inquérito, podemos retirar algumas conclusões face ao impacto do COVID-19, na nossa amostra populacional. Como referido, na primeira parte do inquérito, as questões estão direcionadas para a habitação e as restantes para a sua envolvente

4.1 Mudanças de Rotina

Numa primeira fase, tentamos perceber qual a opinião dos inquiridos no que diz respeito ao impacto desta doença na sua rotina habitual. Depois da análise e do tratamento dos dados obtivemos que, apenas 8.1% dos indivíduos/as afirmam que esta pandemia não teve impactos negativos na normalidade da sua vida. Por outro lado, 70.5% refere que teve alguns impactos negativos e os restantes 21.4% com muitos impactos negativos. Assim sendo, 91.9% dos indivíduos afirmam que a pandemia teve impactos negativos na sua vida (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Gravidade dos impactos da Pandemia



Na adaptação à nova realidade de confinamento e isolamento social, procuramos, também, saber se os indivíduos tiveram de mudar de habitação ou se

tiveram de fazer alterações dentro da própria habitação de modo a manter as atividades laborais ou de estudo online e/ou a cumprir as normas aconselhadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) em caso de infeção por Covid-19.

Os dados revelam que 14% dos inquiridos, tiveram de mudar de habitação como resultado do confinamento obrigatório por parte do governo, para evitar a rápida propagação desta pandemia (Gráfico 3) e 20% tiveram de fazer alterações na disposição física dentro da sua habitação (Gráfico 4)

Gráfico 3 - População que mudou de habitação

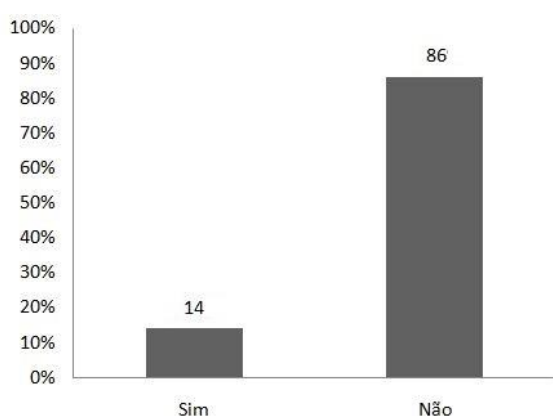
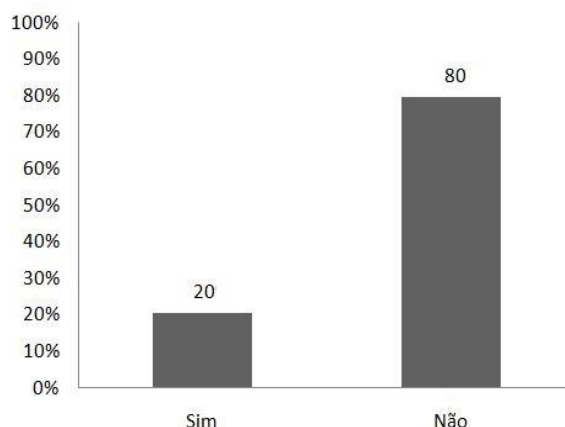


Gráfico 4 - População que teve de reorganizar a sua habitação



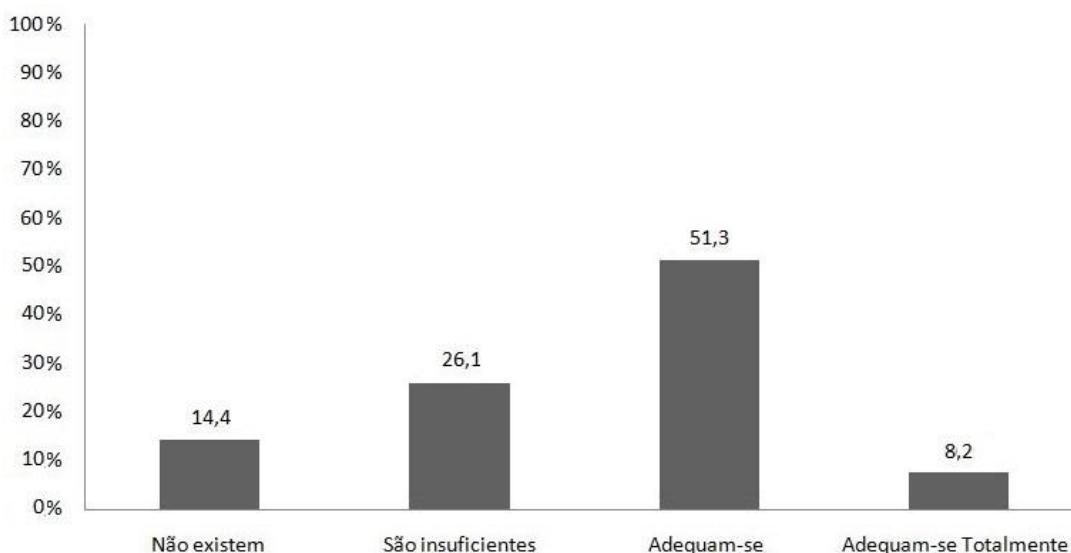
Uma das causas da mudança de habitação ou de reorganização do espaço interior, pode ser a dimensão do agregado familiar, que em alguns casos é numeroso, e dificulta a distribuição das pessoas dentro da própria habitação, o que pode tornar impossível colocar alguém que estivesse infetado em isolamento.

Um dos problemas verificados de acordo com as respostas ao questionário foi que, durante o confinamento, por vezes, os equipamentos necessários para manter as atividades, ensino à distancia ou teletrabalho, não eram suficientes devido à falta de condições ou devido ao número de elementos do agregado familiar.

O gráfico 5 apresenta, o resultado da questão onde se avalia se a população tinha equipamentos suficientes que permitissem que continuassem a estudar ou a trabalhar

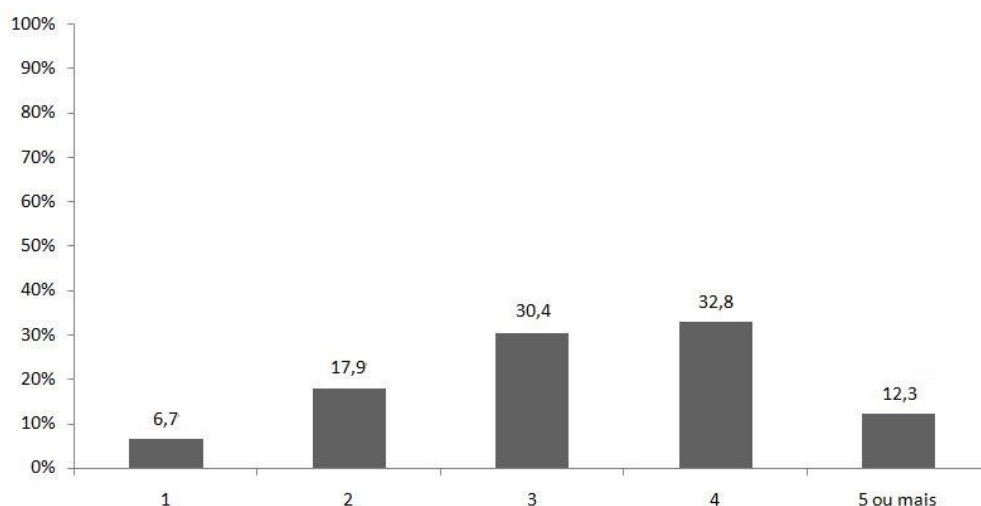
a partir de casa. Assim, 14.4% dos inquiridos não tem equipamentos, 26.1% têm, mas consideram insuficientes para se manterem operacionais. Esta situação é preocupante, por evidenciar que uma parte das famílias, não estava preparada para esta situação e, provavelmente, não dispõem de condições monetárias para poderem cumprir, a sua atividade laboral ou de ensino.

Gráfico 5 - Número de equipamentos existentes



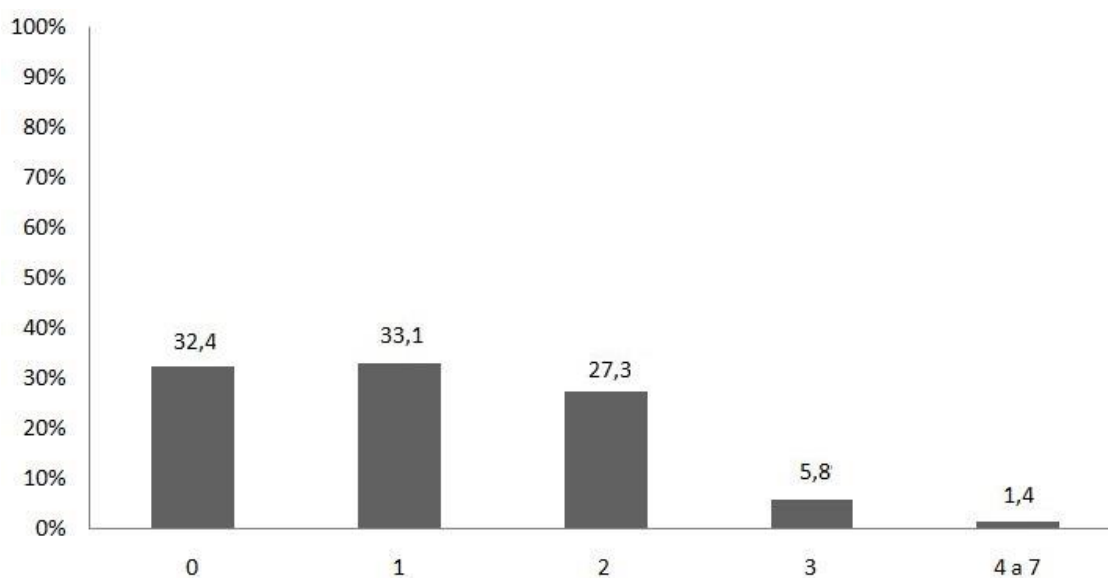
Através dos dados do gráfico 6, é possível verificar que, 12.3% dos inquiridos, afirmam que o seu agregado familiar é constituído por mais de 5 pessoas. A maior percentagem vai para o agregado familiar com 4 pessoas, 32.8%, seguido dos 30.4% de 3 pessoas. Da amostra 17.9% referem que o agregado é constituído por 2 pessoas, e temos 6.7% dos inquiridos que vive sozinho.

Gráfico 6 – Número de constituintes do agregado familiar



Uma agravante desta situação é o facto de dentro do mesmo agregado familiar estarem diversos elementos em ensino à distância, 1.4% dos inquiridos afirmam que, mais de 3 pessoas, encontram-se nesta situação. Por outro lado, 32.4% não tem ninguém no agregado em ensino à distância. Apenas com uma pessoa temos 33.1%, e com duas pessoas temos 27.3% (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Elementos em ensino á distância



4.2 A habitação

4.2.1 Caraterísticas e condições da habitação

Uma das questões do inquérito é direcionada para perceber em que contexto territorial se localiza a habitação,, sendo que, 42.9% dos inquiridos afirma que vive numa grande cidade, situação que não é de estranhar, uma vez que, a área em estudo é a AMP e o Porto foi o concelho onde obtivemos mais respostas . Apenas 0.2% afirma viver num contexto rural, longe de cidades. 4.5% reside num contexto rural mas perto de uma grande cidade, e 6.9% vive no mesmo contexto mas perto de uma pequena ou média cidade. 16.1% habita em contexto urbano, numa cidade pequena ou média. Os restantes vivem na periferia urbana de uma grande cidade, 20.7%, e 8.7% na periferia de uma pequena ou média cidade, respetivamente (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Localização da Habitação

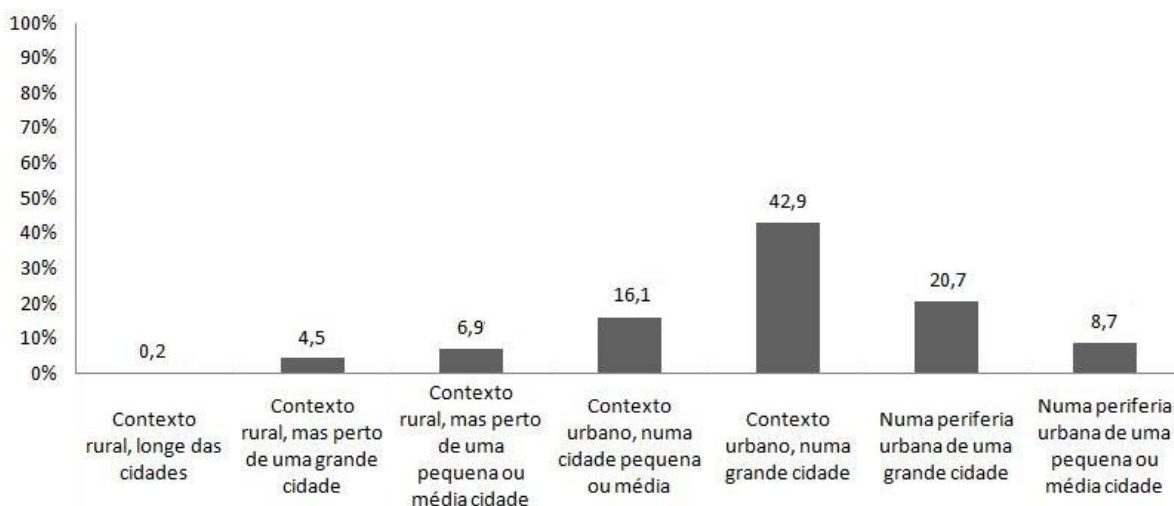
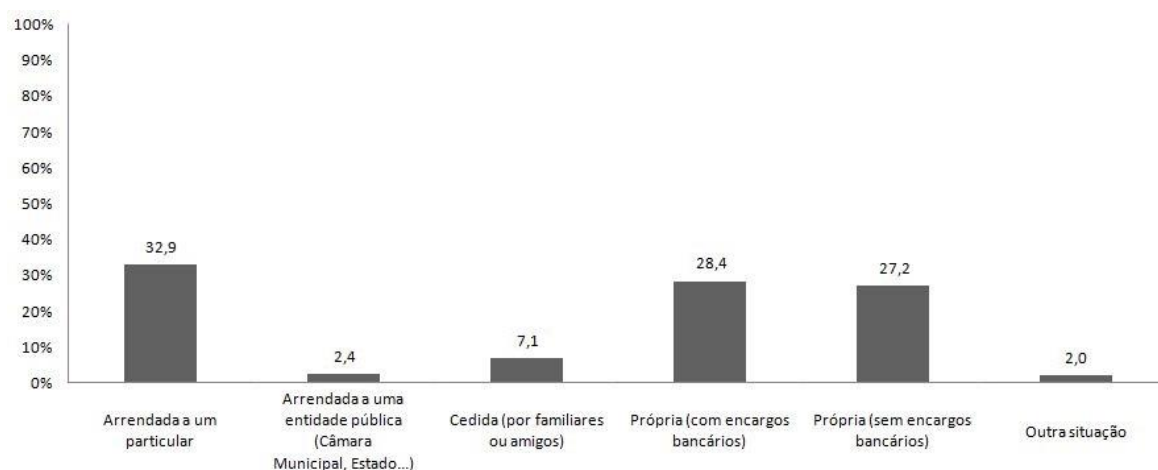
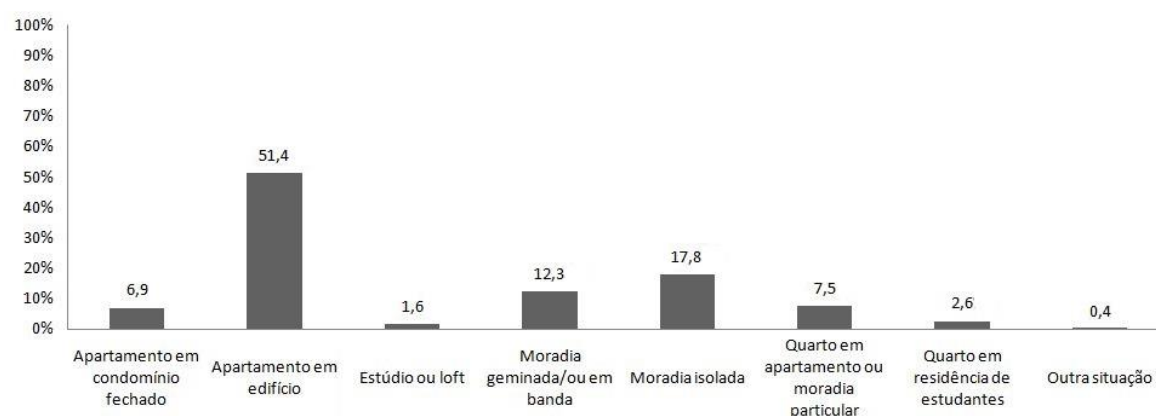


Gráfico 9 – Regime de Ocupação da Habitação



Quanto ao regime de ocupação da habitação, aproximadamente, 56% vive em casa própria (com ou sem encargos) e 35% em casa arrendada, a particular ou a uma entidade pública (Gráfico 9). O apartamento é a tipologia habitacional predominante, com 58%, seguida pela moradia com 20% (Gráfico 10).

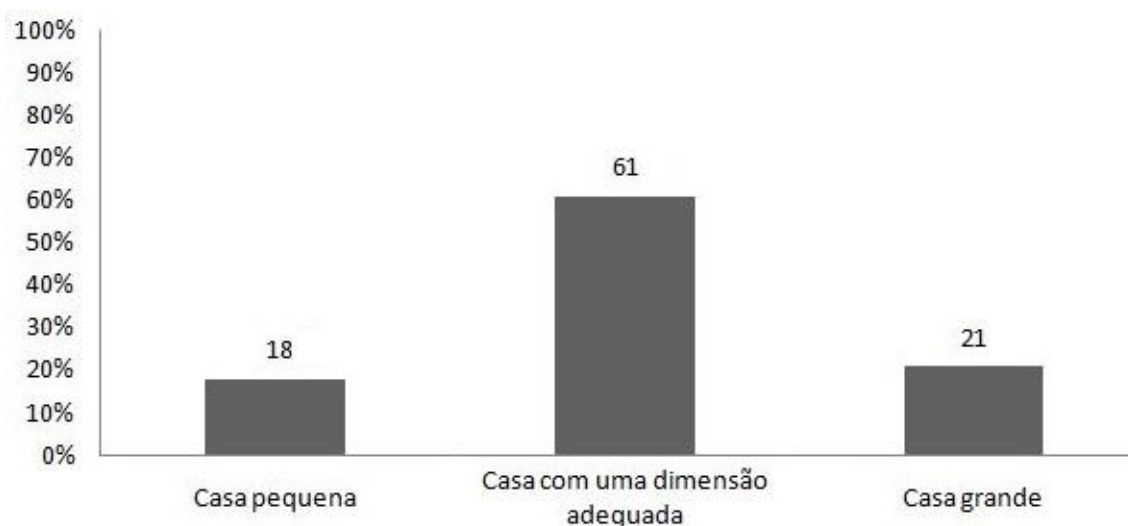
Gráfico 10 - Tipologia da Habitação



Algumas questões estão direcionadas para as características da habitação. A análise estatística elaborada permite concluir que 18% dos inquiridos considera a sua habitação pequena ou muito pequena, sendo esta situação mais preocupante, atendendo à necessidade de confinamento. Os restantes, 21% considera que a casa é

relativamente grande ou muito grande. Por fim, temos 61% que considera que a sua habitação tem a dimensão adequada (Gráfico 11).

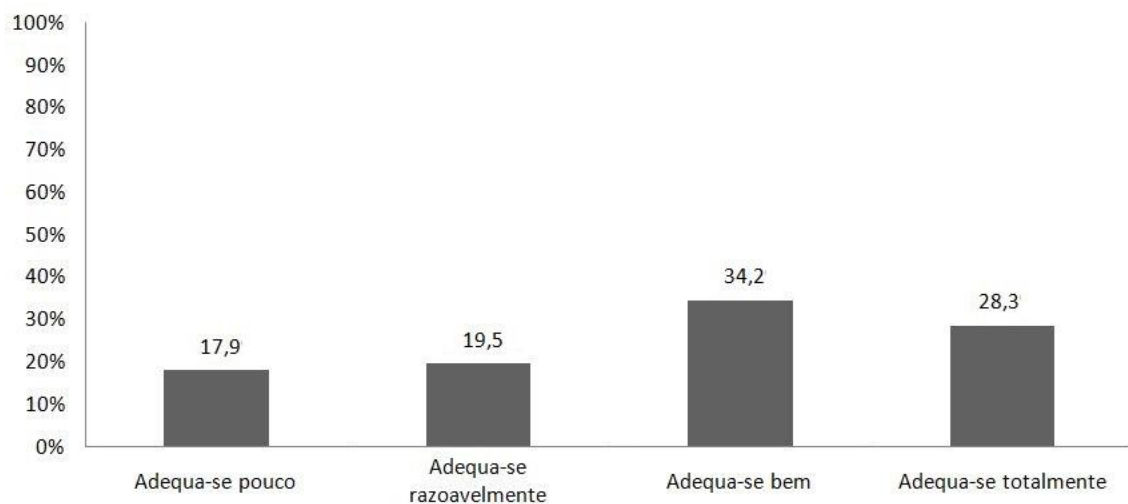
Gráfico 11 - Dimensão da habitação



4.2.2 Satisfação com habitação durante o confinamento

Outra das questões colocadas pretende perceber os constrangimentos inerentes à habitação (dimensão, divisões e logradouro), durante o confinamento familiar.

Gráfico 12 – Satisfação com a habitação face às necessidades

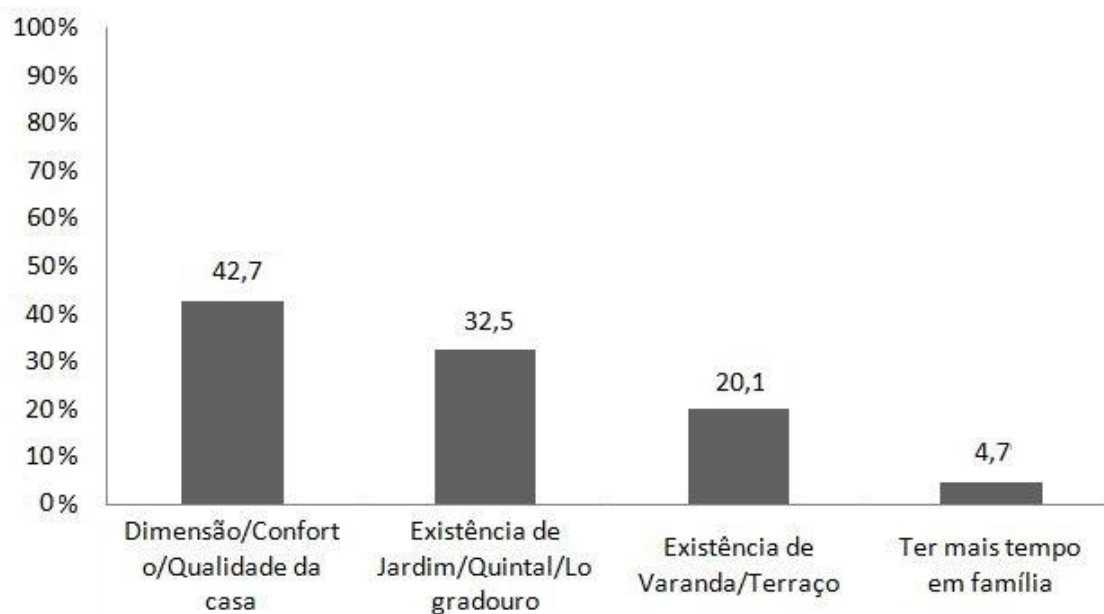


Verificamos que, 17.9 %, dos inquiridos, considera que a sua habitação não se adequa nada, ou pouco, às necessidades do seu agregado familiar enquanto que, 19.5% afirma que se adequa razoavelmente, 34.2% adequa-se bem e 28.3% adequa-se totalmente (Gráfico 12).

Foi pedido aos inquiridos que enumerassem os aspetos positivos e os aspetos negativos da sua habitação tendo em conta a dimensão, nº de divisões, qualidade habitacional, existência de jardim/quintal, varandas, etc.

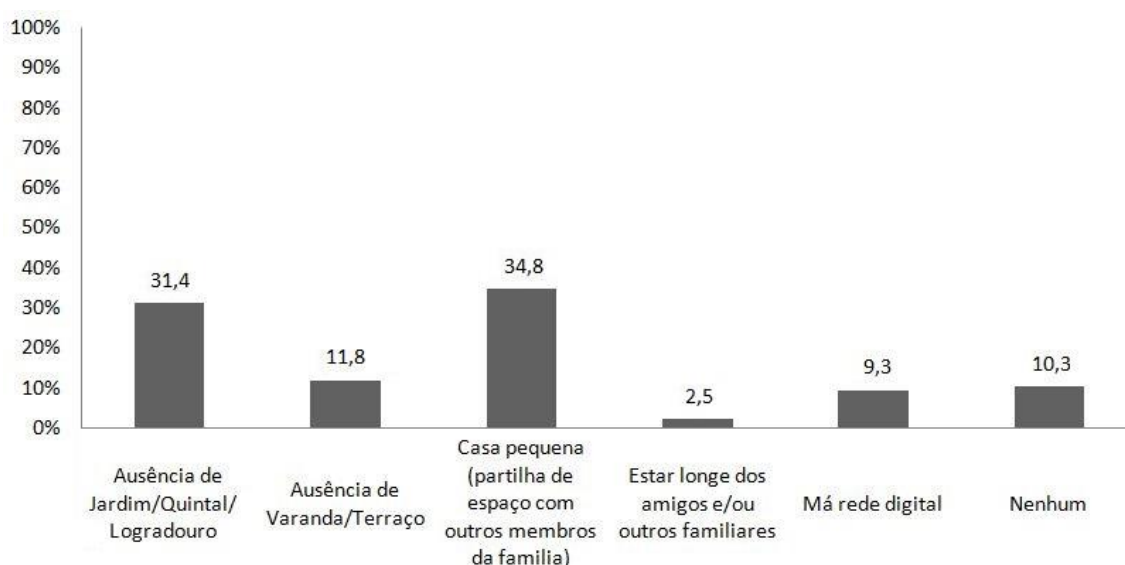
As conclusões retiradas foram que, a maioria da população considera, a dimensão, o conforto ou a qualidade da casa, como o aspeto mais positivo da habitação (42,7%), enquanto que, a existência de jardim, quintal ou logradouro é visto por 32,5% dos inquiridos como um dos aspectos mais positivos. A existência de varanda ou terraço, é considerada por 20%, e, por fim, 4,7% apontam como aspeto positivo ter mais tempo para estar com a família. Os 27% restantes enumeram outros aspetos (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Aspetos mais positivos da habitação durante o confinamento



Quanto aos aspetos negativos apontados pelos inquiridos são, a casa pequena (partilha do mesmo espaço com outros membros da família) com 34,8%, a ausência de jardim, quintal ou logradouro, com 31,4% e a ausência de varanda ou terraço com 11,8%. Uma vez que parte da população se encontrava em ensino ou trabalho à distância, um aspecto negativo que foi referido, foi a má rede digital, com 9,3%. Por fim 2,5% considera como aspeto negativo estar longe dos amigos ou dos familiares (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Aspetos mais negativos da habitação durante o confinamento



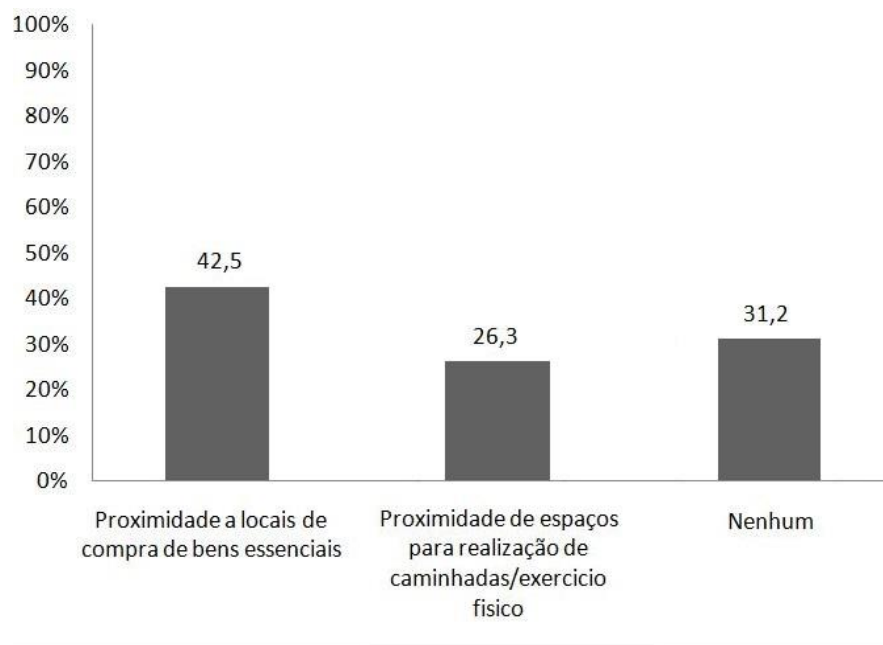
4.3 A Envolvente à habitação

4.3.1 Características e satisfação com a envolvente

Durante o período de confinamento, dadas as limitações de deslocação, determinadas pela Direção Geral de Saúde, a população viu-se limitada ao espaço de vizinhança próxima da sua residência, para a obtenção de bens essenciais, aceder a cuidados de saúde e praticar exercício físico. Assim, uma das questões colocadas pretendia perceber qual o aspeto que a população considerava mais importante na vizinhança da habitação, sendo realçado, por 42.5% a proximidade a locais de compra de bens essenciais. A proximidade a espaços para realização de caminhadas ou

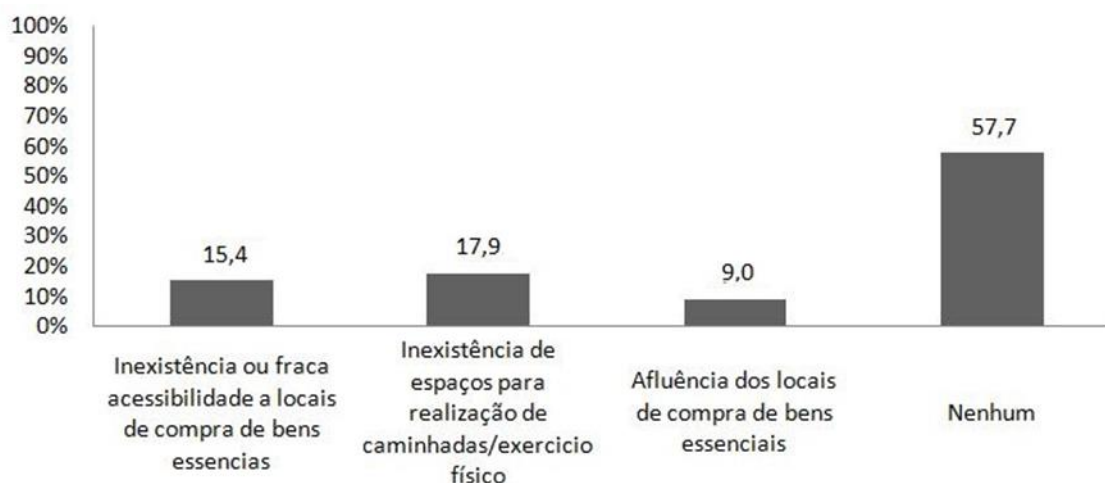
exercício físico, foi, também, um dos aspetos mais relevantes, com 26,3% das respostas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Aspetos positivos da envolvente á habitação



Por outro lado, algumas respostas, são o oposto do que foi dito atrás pois uma parte, dos inquiridos, afirma ter dificuldade no acesso aos bens essenciais (15,4%). A falta de espaços para a realização de exercício físico, é salientado por 17,9%, dos inquiridos. A sobrelotação dos espaços de compra de bens essenciais é, também, um dos aspetos negativos salientados, com 9% das respostas (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Aspectos negativos da envolvente á habitação



Duas das questões foram direcionadas para perceber se a população tinha equipamentos desportivos, espaços verdes e parques no máximo a 10 minutos da sua habitação. Verificamos assim, que 20.5% não tem equipamentos desportivos (Gráfico 17), e 17.1% não tem espaços verdes e parques (Gráfico 18)

Gráfico 17 – Existência de equipamentos desportivos

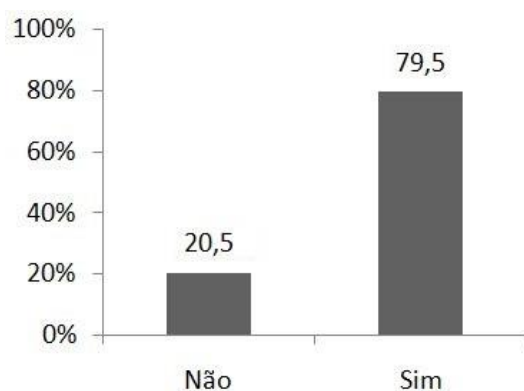
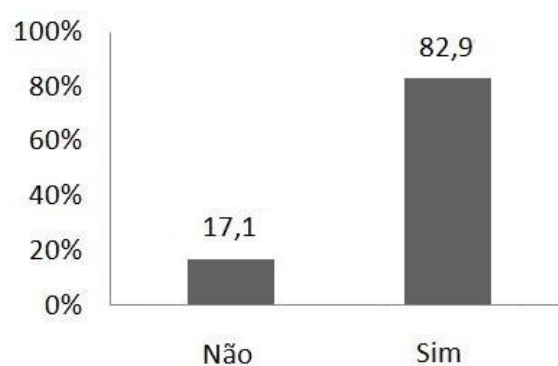


Gráfico 18 – Existência de espaços verdes e parques



Em síntese, verificamos que a maior parte dos inquiridos, afirmaram que este vírus teve impactos negativos na sua vida, 51.4% vive em apartamento, 40% em casa arrendada e 33% em casa própria com empréstimo. 18% consideraram que a habitação é pequena, 20% tiveram que reorganizar a sua habitação e 14% tiveram que mudar de casa, para poderem manter as suas atividades de estudo e/ou de trabalho à distância.

No total 34,5% afirmaram que tinham mais do que uma pessoa em ensino/ou trabalho à distância na mesma habitação e 40.5% asseguraram não ter equipamentos ou estes não serem suficientes, para todos os membros da família.

Com a análise do mapa de buffers da figura 5 tínhamos verificado que 42% da população não dispunha de um parque ou jardim localizados a menos de 10 minutos da sua habitação se caminhasse a uma velocidade média de 5.5km/h. Na análise às respostas verificamos que 20.5% afirmaram que se encontravam realmente nessa situação. Verificamos, também, que 37% da população não habita a menos de 10 minutos de equipamentos desportivos ou de lazer, e como vimos pelas respostas, 17.1% considera que isso é um facto.

Por fim, podemos verificar que a envolvente à habitação tornou-se um dos fatores mais importantes para o bem-estar da população durante o período de confinamento. A proximidade a locais de compra de bens essenciais e a proximidade a espaços para realização de exercício físico ganhou ainda mais importância, no entanto 15.4% e 17.9%, respetivamente, não tinham acesso tão facilitado a estes serviços.

Considerações Finais

A habitação é um dos direitos sociais fundamentais para a vida familiar, com a pandemia e a necessidade de todos em “ficar em casa”, tornou-se mais evidente, a desigualdade existente relativamente aquele direito.

Na verdade, a pandemia, alterou a forma como a habitação era utilizada, fazendo com que esta passa-se a ser o centro de todas as atividades, que antes eram feitas em outros espaços, como o trabalho, o estudo, o lazer, as atividades físicas e até culturais.

O governo, consciente das dificuldades que várias famílias, teriam em cumprir as regras do confinamento e, os consequentes efeitos económicos associados ao encerramento de grande parte das atividades, criou, como vimos, um conjunto de medidas de apoio. Essas medidas, foram relevantes para manter a posse do alojamento, contudo, muitas famílias, devido às suas más condições habitacionais, enfrentaram grandes dificuldades para conseguir cumprir o confinamento ou o isolamento profilático.

Após a análise dos dados que foram apresentados, são várias as conclusões que podem ser retiradas. Assim, verificamos que a pandemia teve impacto numa parte significativa da população, contudo este não foi igual para todos, sendo maior para uns, do que para outros.

Depois de ser decretado o confinamento geral obrigatório outros problemas começaram a surgir, em alguns aspetos que até então passavam despercebidos, salientando-se os constrangimentos em relação à habitação, pois fomos obrigados a passar, praticamente, todo o dia dentro de casa, a estudar e/ou a trabalhar. Sendo esta situação completamente nova para a maioria da população.

Assim, perante esta circunstância, a dimensão da habitação passou a ser um problema para alguns, devido à falta de espaço para trabalharem ou para estudarem sem que pusessem em causa o bom funcionamento destas atividades. Este problema levou a uma reorganização do espaço dentro da habitação e em alguns casos originou

mesmo que algumas pessoas fossem obrigadas a trocar de habitação. Este problema, como vimos, relaciona-se, com a dimensão do agregado familiar, face à dimensão da casa.

A falta de equipamentos como, computadores, internet em casa, entre outros, foi outros dos problemas que foi salientado pelo inquérito realizado, criando ou exacerbando, desigualdades, perante o acesso ao ensino à distância e/ou ao teletrabalho. Situação que, as políticas públicas devem procurar minimizar no futuro, para criar condições equitativas para todos.

Por fim concluímos que a população procurou outras atividades de lazer para ocuparem o tempo e para se manterem saudáveis, tanto fisicamente, como psicologicamente. Contudo, foi possível constatar, através das respostas obtidas, que nem todos tinham condições para isso, ou porque as suas habitações não dispunham destes espaços, como jardins ou terraços, ou porque se localizavam longe de locais próprios para prática de atividade física.

As pandemias e os seus efeitos, têm constituído, ao longo da história urbana, momentos de reflexão e de mudança do seu planeamento.

Esta pandemia, mais uma vez, veio alertar para a necessidade de pensarmos a cidade de uma outra forma, nomeadamente, no que toca à habitação. Sendo necessárias, políticas públicas, capazes de criar mais habitação acessível e de qualidade, mais espaços públicos de vizinhança, complementares à habitação, fundamentais para a qualidade de vida da população. Criar cidades e comunidades mais seguras, saudáveis e sustentáveis, como advoga o objetivo 11 dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” das Nações Unidas.

“A cidade pós-pandêmica não será apenas um problema de saúde pública, mas, também, uma preocupação política de quem decide. É necessário, reimaginar e reconstruir a cidade em um mundo onde as pandemias podem se tornar mais frequentes devido à globalização e mudanças climáticas” (Martínez & Short, 2021, p. 4).

Referências Bibliográficas

- CEGOT. (2008). *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território*.
<https://cegot.pt/pt/> , consultado em 2021
- Comunicado do Conselho de Ministro de 11 de março de 2021. (s.d.). Obtido de
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=407>
- Comunicado do Conselho de Ministros de 12 de março de 2020. (s.d.). Obtido de
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=330>
- Costa, E. M., & Costa, N. M. (2020). A pandemia COVID-19 em Portugal continental – Uma análise geográfica da evolução verificada nos meses março e a abril. *HIGEIA*, Edição especial: Dossier COVID, p. 72-79, <https://doi.org/10.14393/Hygeia0054396>
- Decreto do Presidente da República nº 14-A. (2020). Diário da República nº 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18. Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º10-J/2020. (s.d.). Diário da República n.º61/2020, 1ºSuplemento, Série I de 2020-03-26. Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130779509/details/maximized>
- Decreto-Lei nº 10-G/2020. (s.d.). Diário da República n.º 61/2020, 1ºSuplemento, Série I de 2020-03-26. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/130779506/details/normal?l=1>
- Decreto-Lei nº109-A/2020. (s.d.). Diário da República 1ªsérie, nº253. Obtido de <https://dre.pt/application/file/a/152637827>
- Decreto-Lei nº46-A/2020. (s.d.). Diário da República n.º 147/2020, 1ºSuplemento, Série I de 2020-07-30. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/139209038/details/normal?l=1>
- Direção Geral de Saúde. (02/09/2021). Boletim da DGS. Obtido de https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/09/549_DGS_boletim_20210902.pdf
- Drago, A. (2020 a). Habitação, Pandemia e Crise. In: R. M. Carmo, I. Tavares, A.F. Cândido. *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em Livro*, pp. 98-113.
- Drago, A. (2020 b). Habitação: Às velhas carências somaram-se novas dificuldades In: R.P. Mamede, P.A. Silva (coord). *O Estado da Nação 2020: Valorizar as Políticas Públicas*. Lisboa: IPPS-ISCTE, p. 100-102.

- Drago, A. (2021). *Habitação entre crises: partição das classes médias, políticas de habitação acessível e o impacto da pandemia em Portugal*. Coimbra: CES.
- Entrevista à Agência Lusa, de 7 julho. (s.d.). Coordenador da Comissão Técnica de Vacinação Contra a Covid-19: entrevista à Lusa. Obtido de <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/vacinacao-tem-impacto-imenso-na-quebra-da-mortalidade-13912426.html>
- Ferrão, J. (2020). *COVID-19 - Preparar as cidades para riscos Globais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Freitas, A., Napimoga, M., & Donalisio, M. (2020). *Análise da gravidade da pandemia de Covid-19*. Brasil: Serviço de Saúde.
- Ignacio, S. (2010). Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 118, p. 175-192, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813262>
- Instituto de Segurança Social. (2021). *Guia Prático Regime de Lay off*. Obtido de https://www.seg-social.pt/documents/10152/14992/6006_layoff/8fae0306-85ab-47c5-a6f1-84ba07592e45
- Lei 4-C/2020. (s.d.). Diário da República n.º68/2020, 3ºSuplemento, Série I de 2020-04-06. Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/131193441/details/maximized>
- Marques, T., & Matos, F. (2016). Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial. In: *Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof.Doutor António Pedrosa*, Coimbra: Impensa da Universidade, p. 189-214
- Marques, T., Matos, F., Marinho, M., Maia, C., D., R., & Ferreira, M. (2020). Lisbon and Porto. In: V.H., Sjordje; R.R.Barranco, C.Lavalle (ed.), *Who owns the city? Exploratory research activity on the financialisation of housing in EU cities*. JRC/Office of European Union p. 35-45.
- Martínez, L., & Short, J. (2021). The Pandemic City: Urban Issues in the Time of COVID-19, *Sustainability*, 13 (6), 3295. doi:<https://doi.org/10.3390/su13063295>
- Matos et al. (2019). Housing in Portugal after the economic crisis: challenges for a new policy. In: E. Bargellietal (ed.) *Housing policy and tenure types in the 21st century: a Southern European perspective*. pp. p.53-72.
- OIT. (2020). *Jovens e a Covid-19, impactos no emprego, na educação, nos direitos e no bem-estar mental*. Organização Internacional do Trabalho.
- Oliveira, A., Lucas, T., & Iquiapaza, R. (2020). O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? *Texto & Contexto de Enfermagem*, 29 Seção Especial Covid- 19. DOI <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106>

- Oro, A., Estevens, A., Fernandes, A., Barone, B., Matos, F., Ferrão, J., & al., e. (2020). A Habitação nas Políticas; Síntese das medidas adoptadas como resposta à crise da covid-19, Rede H - Rede de Estudos sobre a Habitação. Obtido de <https://www.redehabitacao.pt/docs/comparison>
- Pavel, F. (2020). Em que casa Fico? Reflexões acerca do direito à cidade e à habitação em tempo de covid-19. *Finisterra*, 55 (114)., p. 203- 206, doi:10.18055/Finis19764
- Peixoto, V., Vieira, A., Aguiar, P., Carvalho, C., Thomas, D., & Abrantes, A. (2020). Avaliação Inicial do Impacto das Medidas de Confinamento do estado de emergencia na Primeira onda de epidemia de COVID-19 em Portugal. Lisboa: Ordem dos Médicos. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/109080/1/Peixoto_Acta_Med_Port_2020_33_11_733.pdf
- Pinto, T. (2020). Da crise da habitação à crise da habitação: trajetória de um direito comprometido. In. M.C. Silva et al (org.). *Espaço Urbano e Habitação Básica*. Húmus: V.N. de Famalicão:.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rede H. (2020). Habitação e COVID-19: carta aberta ao Governo e Parlamento. Obtido de https://www.redehabitacao.pt/docs/carta_aberta_covid19
- Santos, A. (2019). Habitação em tempos financeiros em Portugal. In: A.C. Santos (coord.) *A nova questão da habitação em Portugal*, Coimbra: Actual, p. 15-52
- Soares, C. (2021). Vamos ou não ter imunidade de grupo? A palavra aos especialistas para uma questão essencial. *Revista Visão*, 28/08/2021. Obtido de https://www.ff.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2021/08/28ago2021_covid-19_vacinacao_profhmfilipe.pdf
- Viacava, F. (2002). *Informações em saúde: a importancia dos inquéritos populacionais*. Rio de Janeiro, Brasil: Associação Brasileira de Saúde Coletiva.
- WHO. (2020a). "Corona Virus Disease 2019 (COVID-19): situation report-78". Obtido em 5 de abril de 2020, de <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331719/nCoVsitrep07Apr2020-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- WHO. (2020b). "Rolling updates on corona vírus disease (COVID-19)". Obtido em 5 de abril de 2020, de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen>

Anexos

Anexo 1



INQUÉRITO

COVID-19: OS JOVENS A HABITAÇÃO E O CONTEXTO TERRITORIAL ONDE VIVEM

Neste momento, a sociedade portuguesa atravessa uma crise profunda e singular provocada pela pandemia da COVID-19.

Assim, com o objetivo de compreender o impacto desta pandemia nas condições habitacionais e no contexto territorial onde vivem os jovens, uma equipa de investigação da FLUP/CEGOT lançou este inquérito, que poderá ser respondido em 10-15 minutos.

Agradecemos a sua disponibilidade e pedimos-lhe para ler atentamente as questões e responder de acordo com a sua situação.

As respostas a este inquérito são anónimas e confidenciais, e serão exclusivamente utilizadas no contexto desta investigação científica.

Este inquérito destina-se a indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos.

Declaro que tenho entre 18 e 35 anos e que aceito participar voluntariamente neste inquérito, tendo lido a informação descrita acima. ☐

I. Habitação em que atualmente reside

Responda, por favor, a algumas perguntas sobre **A SUA RESIDÊNCIA HABITUAL** (onde vive a maior parte do ano).

1. Local de residência e local de estudo ou trabalho

Reside em que Concelho: _____ Freguesia:

Estuda/trabalha em que Concelho:

_____ Freguesia: _____

2. Em que contexto territorial está localizada a sua casa?

Escolha uma das hipóteses:

- a) Num contexto urbano, numa grande cidade
- b) Numa periferia urbana de uma grande cidade
- c) Num contexto urbano, numa cidade pequena ou média
- d) Numa periferia urbana de uma pequena ou média cidade
- e) Num contexto rural, mas perto de uma grande cidade
- f) Num contexto rural, mas perto de uma pequena ou média cidade
- g) Num contexto rural, longe das cidades
- h) Outros contextos _____

3. Qual é a dimensão do seu agregado familiar? _____

4. Que idades têm as pessoas do seu agregado familiar?(inclua-se na resposta a esta questão) (indicar que é para responder com um valor numérico)

Grupos de idades	Nº de pessoas
Até 12 anos	
Entre 13 e 18 anos	
Entre 19 e 29 anos	
Entre 30 e 64 anos	
65 ou mais anos	

5. Com quem vive habitualmente?(selecione apenas uma opção)

1. Sozinho(a)	
2. Com os pais	
3. Com os pais e irmãos(ãs)	
4. Com o(a) companheiro(a)	
5. Com o(a) companheiro(a) e filhos(as)	
6. Com outros familiares (avós, tios ou outros)	

7. Numa casa partilhada com amigos(as)/colegas	
8. Com colegas numa residência universitária ou outra situação semelhante	
9. Na casa de outras pessoas não familiares	
10. Outra situação	Qual?

6. Em que tipo de casa vive habitualmente?(selecione apenas uma opção)

1. Própria (sem encargos bancários)	
2. Própria (com encargos bancários)	
3. Arrendada a um particular	
4. Arrendada a uma entidade pública (Câmara Municipal, Estado...)	
5. Cedida (por familiares ou amigos)	
6. Outra situação	Qual?

7. Em que tipologia de casa reside habitualmente?(selecione apenas uma opção)

1. Moradia isolada	
2. Moradia geminada/ou em banda	
3. Apartamento em edifício	
4. Estúdio ou <i>loft</i>	
5. Apartamento em condomínio fechado	
6. Quarto em apartamento ou moradia particular	
7. Quarto em residência de estudantes	
8. Outra situação	Qual?

8. Reside numa casa com uma dimensão adequada atendendo ao tamanho do seu agregado familiar?(selecione apenas uma opção)

1. Casa muito pequena	2. Casa relativamente pequena	3. Casa com uma dimensão adequada	4. Casa relativamente grande	5. Casa muito grande

9. Reside numa casa que lhe agrada?(selecione apenas uma opção)

1. Não agrada nada	2. Não agrada	3. Não agrada, nem desagrada	4. Agrada	5. Agrada muito

II. Pandemia da COVID-19, habitação e contexto local

10. A pandemia da COVID-19 está a ter impactos negativos na sua vida?

1. MUITÍSSIMOS impactos negativos	2. Muitos impactos negativos	3. Alguns impactos negativos	4. Sem impactos negativos
-----------------------------------	------------------------------	------------------------------	---------------------------

--	--	--	--

11. Como avalia a sua qualidade de vida, numa escala de 1 (mau) a 10 (muito bom):

11.1. Como avalia a sua qualidade de vida em 2011-2012 (em plena crise económico-financeira)? ____

11.2. Como avalia a sua qualidade de vida atualmente (agora, em 2020)? ____

11.3. Como pensa que será a sua qualidade de vida daqui a 5 anos (em 2025)? ____

Habitação

12. Teve de alterar o seu local de habitação por causa da COVID-19? e da situação de confinamento?

Sim ____ Não ____ . Se sim, porquê?

13. Teve de reorganizar os espaços interiores da sua casa?

Sim ____ Não ____ . Se sim, porquê?

14. Tendo em conta a atual situação de restrições impostas pelo governo (por exemplo, ter de permanecer em casa mais tempo, não poder circular a partir de certas horas), considera que a sua casa é adequada, em termos de divisões, dimensão e logradouro (jardim, quintal, pátio), às necessidades do seu agregado familiar?(selecione apenas uma opção)

1. Não se adequa nada	2. Adequa-se pouco	3. Adequa-se razoavelmente	4. Adequa-se bem	5. Adequa-se totalmente

15. Teletrabalho ou ensino à distância

15.1. Quantas pessoas estão em teletrabalho na sua habitação? ____

15.2. Quantas pessoas estão em ensino à distância na sua habitação? ____

15.3. Considera que existem equipamentos(computadores/tablets) suficientes na sua habitação, atendendo às necessidades?(selecione apenas uma opção)

1. Não existem	2. São insuficientes	3. Adequam-se	4. Adequam-se bem	5. Adequam-se totalmente

15.4. Como classifica a rede digital de suporte à sua habitação?(selecione apenas uma opção)

1. Inexistente	2. Má	3. Razoável	4. Boa	5. Muito boa

16. A sua casa é:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16.1 Quente no Verão (1 – não é quente; 10 – é muito quente)										

16.2 Fria no Inverno (1 – não é fria; 10 – é muito fria)										
16.3 Húmida (1 não é húmida; 10 – é muito húmida)										
16.4 Arejada (1- não é arejada; 10 muito arejada)										

17. Utiliza aparelhos para aquecimento/arrefecimento na sua habitação?

Sim ____ Não ____

17.1 Indique quais (assinale as respostas adequadas):

Aquecimento central a gás ____

Aquecimento central elétrico ____

Recuperador de calor ____

Aparelhos a gás móveis ____

Aparelhos elétricos móveis ____

Lareira ____

Ar condicionado ____

Ventoinhas ____

Painéis fotovoltaicos ____

18. Dada a sua situação financeira, se quiser, pode manter a sua casa sempre aquecida no inverno e fresca no Verão? Avalie de 1 a 10. (considere que 1 – não pode e 10 – pode sempre)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	9

19. 1. Tendo em consideração o atual momento de restrições impostas pelo governo, qual tem sido o aspecto mais positivo da sua habitação? (selecione o que considera mais positivo)

Dimensão/conforto/qualidade da casa ____

Existência de varanda/terraço ____

Existência de jardim/quintal/logradouro ____

Boa rede de internet ____

Outro ____ Indique qual _____

19.2 Tendo em consideração o atual momento de restrições impostas pelo governo, qual tem sido o aspecto mais negativo da sua habitação? (selecione o que considera mais negativo)

Dimensão/conforto/qualidade da casa _____

Ausência de varanda/terraço _____

Ausência de jardim/quintal/logradouro _____

Inexistência ou fraca rede de internet _____

Outro ____ Indique qual _____

Contexto local envolvente

20. A envolvente à sua casa atual, num raio de 10 minutos a pé, permite-lhe:

	Sim	Não
--	-----	-----

usufruir de espaços públicos de lazer (p. e. para fazer caminhadas e praticar exercício físico)		
usufruir de espaços verdes (jardins, parques)		
usufruir de ruas pedonais e ciclovias		
aceder a mercearia, minimercado, padaria		
aceder a cuidados de saúde e medicamentos (centro de saúde, farmácia)		
aceder a serviços de apoio social (p. e. para apoio idosos, para obtenção de alimentação)		

20.1 Como avalia globalmente o contexto local envolvente à sua habitação?(selecione apenas uma opção)

1. Muito mau	2. Mau	3. Razoável	4. Bom	5. Muito Bom

21.1 Tendo em consideração o atual momento de restrições impostas pelo governo, qual tem sido o aspeto mais positivo do contexto local envolvente(selecione o que considera mais positivo)

Proximidade a locais de compra de bens essenciais _____
 Proximidade a locais de cuidados de saúde e aquisição de medicamentos _____
 Proximidade a locais de apoio social _____
 Proximidade a espaços verdes _____
 Proximidade de espaços para realização de caminhadas/exercício físico _____
 Outro ____ Indique qual _____

21.2 Tendo em consideração o atual momento de restrições impostas pelo governo, qual tem sido o aspeto mais negativo do contexto local envolvente (selecione o que considera mais negativo)

Inexistência ou fraca acessibilidade a locais de compra de bens essenciais _____
 Grande afluência aos locais de compra de bens essenciais _____
 Inexistência ou fraca acessibilidade a locais de cuidados de saúde e aquisição de medicamentos _____
 Inexistência ou fraca acessibilidade a locais de apoio social _____
 Inexistência ou fraca acessibilidade a espaços verdes _____
 Inexistência ou fraca acessibilidade a espaços para realização de caminhadas/exercício físico _____
 Outro ____ Indique qual _____

• III RISCOS À Pandemia da COVID-19

22. Já esteve ou está infetado pela COVID-19?

Sim	Não	Prefiro não responder

23. Na sua rotina diária, qual o seu nível de preocupação com a possibilidade de ser infectado por COVID-19? Avalie de 1-10 (1-Nada preocupado, 10-Muito preocupado)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Possibilidade de ser infectado por COVID-19										

21. Na sua opinião, no concelho ou na freguesia onde reside, qual o principal fator de contágio pelo COVID-19?

Em Contexto familiar (habitação)	Em Contexto familiar (reuniões de família)	No Contexto Laboral (local de trabalho)	Em contextos de consumo comercial e serviços (restaurantes, comércio)	Em contexto de mobilidade diária (nas deslocações casa-trabalho/escola)	Noutros contextos (indicar qual)

22. Trabalha?

Sim	Não
-----	-----

23 No seu local de trabalho são tomadas precauções rigorosas de combate à COVID-19? (Avalie de 1 a 10) (1 - Não existe esta precaução; 10 - Muito rigor na sua aplicação)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

23.1. Na sua opinião, no seu local de trabalho, qual o nível de adesão dos trabalhadores relativamente às seguintes recomendações? Avalie de 1-10 (1-Pouca aderência, 10-Aderem sempre)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Uso de máscara										
2. Higienização das mãos										
3. Distanciamento (2m)										

23. 2 Qual a dimensão da empresa?

Micro-empresa (menos de 10)	Pequena empresa (10 a 49)	Média empresa (50 a 249 colaboradores)	Grande empresa (250 ou mais)
-----------------------------	---------------------------	--	------------------------------

colaboradores)	colaboradores)		colaboradores)

24. Estuda?

Sim	Não

24.1 No seu local de estudo são tomadas precauções rigorosas de combate de combate à COVID-19?
(Avalie de 1 a 10) (1 - Não existe esta precaução; 10 - Muito rigor na sua aplicação)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

24.2. Na sua opinião, nos momentos de convivência entre estudantes (encontros fora das horas letiva, deslocações casa-escola) qual o nível de adesão relativamente às seguintes recomendações? Avalie de 1-10(1-Pouca aderência ,10-Aderem sempre)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1.Uso de máscara										
2.Higienização das mãos										
3.Distanciamento(2m)										

25. Nos locais de comércio e restauração na sua área de residência considera que as pessoas cumprem todas as medidas de segurança? Avalie de 1-10 (1-Não cumprem, 10-Cumprem bastante)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1.Uso de máscara										
2.Higienização das mãos										
3.Distanciamento(2m)										

26. Qual o meio de transporte que utiliza frequentemente nas deslocações, se for o caso, casa-trabalho, casa-escola ?

Automóvel	Transporte Público Coletivo	A pé	Mota	Bicicleta	Outro

26.1 Acha que nos transportes públicos os utilizadores cumprem as recomendações de combate à COVID-19? Avalie de 1 a 10. (Considere que: 1 - Cumprem pouco; 10 – Cumprem sempre)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

26.2 Na sua opinião nos transportes públicos coletivos, qual é o nível de adesão dos utilizadores relativamente às seguintes recomendações? Avalie de 1 a 10. (1 - Aderem pouco ,10 - Aderem sempre

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1.Uso de máscara										
2.Higienização das mãos										
3.Distanciamento(2m)										

27. Tem seguido as atualizações de informação sobre a pandemia de COVID-19?

Pouco frequentemente	Ocasionalmente	Muito Frequentemente	Não

28. Qual o seu nível de adesão relativamente às seguintes recomendações? Avalie de 1-10(1-não adiro,10-adiro sempre)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1.Uso de máscara										
2.Higienização das mãos										
3.Distanciamento(2m)										

IV. Identificação do inquirido

29. Qual é a sua idade? ____

30. Sexo: 1. Masculino ☐ 2. Feminino ☐

31. Nacionalidade: _____

32. Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou? (assinale apenas uma opção)

1. 4 anos de escolaridade	
2. 6 anos de escolaridade	
3. 9 anos de escolaridade	
4. 12 anos de escolaridade	
5. Licenciatura ou bacharelato	
6. Mestrado ou doutoramento	
7. Não responde	

33. Situação perante o estudo e o trabalho em janeiro de 2020 e janeiro de 2021

	janeiro 2020	janeiro 2021
1. Estuda		
2. Trabalha		
3. Trabalha e estuda		
4. Desempregado(a)		
5. Outra situação	Qual?	Qual?

34. Na eventualidade da situação perante o estudo e o trabalho se ter alterado entre os dois períodos, deveu-se à pandemia da COVID-19?

Sim ____ Não ____ Se sim qual ? _____

35. Como evoluiu o rendimento líquido do seu agregado familiar no período de pandemia COVID-19, entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021?

- O rendimento diminuiu muito ____
- O rendimento diminuiu ____
- O rendimento manteve-se ____
- O rendimento aumentou ____

36 Como pensa que vai evoluir os rendimentos do seu agregado familiar em 2021 (janeiro e dezembro)?

O rendimento vai diminuir muito ____

O rendimento vai diminuir ____

O rendimento vai-se manter ____

O rendimento vai aumentar ____

O rendimento vai aumentar muito ____

37. Qual foi o escalão de rendimento líquido do seu agregado familiar no mês de dezembro de 2020? (soma dos rendimentos dos elementos do seu agregado familiar)

- Inferior a 1000 euros
- Entre 1000 e 1500 euros
- Entre 1501 e 2000 euros
- Entre 2001 e 2500 euros
- Entre 2501 e 3000 euros
- Superior a 3000 euros

Obrigado pela sua colaboração